

mut



mutualidades
portuguesas

*mais de 2,5 milhões
de beneficiários*

NOTÍCIAS DO MUTUALISMO

Informação Quadrimestral

Revista n.º 7 - III Série

junho de 2014

ISSN 2183-1114

**É nosso dever estar
do lado de quem quer
fazer, é nossa vocação
estar do lado de quem
quer fazer pelo bem dos
outros**

Paulo Portas



RESUMO

3 | EDITORIAL

por Luís Alberto Silva

4 | EM ENTREVISTA

Paulo Portas

8 | MUTUALIDADES E SAÚDE

- *Prevenir para Ganhar*

10 | MUTUALIDADES

- *Associação de Socorros Mútuos <<Monte-pio Filarmónico >>*
- *Associação Oliveirense de Socorros Mútuos*
- *Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul*

20 | ECONOMIA SOCIAL

- *Portugal participa no V Fórum Intercontinental do Mutualismo*

21 | RETRATO DO PAÍS

- *As Respostas de Apoio aos Idosos das Mutualidades*

- *Testemunho das Associações Mutualistas*

31 | MUTUALIDADES NA EUROPA

- *Os Fundos de Saúde Mútuos da Grécia e o seu papel na Atual Circunstância Decorrente da Crise*
- *O Papel e a Importância da Mutualidade Italiana FIMIV*

39 | FORMAÇÃO EDUCAÇÃO

- *Formação-Ação*

40 | BOAS PRÁTICAS

42 | EVENTOS

44 | PROJETOS

46 | ATIVIDADES DA UMP

- *Maio*
- *Abril*
- *Março*
- *Fevereiro*
- *Janeiro*

Propriedade e Edição **UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS**

Editor Luís Alberto Silva • Redação Gabinete de Comunicação e Imagem • Designer União das Mutualidades Portuguesas
Fotografia União das Mutualidades Portuguesas • Fotocomposição UMP • Impressão GráfiEstrela
Tiragem 400 exemplares • Depósito Legal 366134/13 • ISSN 2183-1114 • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Contactos: **UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS** - Praça Francisco Sá Carneiro nº10, 1º dto./esq.-1000-160 Lisboa - Tel: 218 446 170 - Fax: 218 446 176

www.mutualismo.pt • e-mail: uniao@mutualismo.com

Contacto para Publicidade: uniao@mutualismo.com

Publicação escrita conforme o Acordo Ortográfico.

Os artigos assinalados são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor.

Quero deixar aqui os meus agradecimentos ao Dr. Paulo Portas pela entrevista que nos concedeu e permito-me destacar das declarações do Vice-primeiro-ministro a sua afirmação de que a nova Lei de Bases da Economia Social constitui “os alicerces para que este setor se vá afirmando como economicamente competitivo. Tudo isto, enquanto fortalece a sua rede de solidariedade, chegando cada vez mais àqueles que mais precisam”, para, logo de seguida, acrescentar que “É nosso dever estar do lado de quem quer fazer, é nossa vocação estar do lado de quem quer fazer pelo bem dos outros”.

Destaco, também nesta edição, as Jornadas Mutualistas Regionais, importante espaço de diálogo entre a **União das Mutualidades Portuguesas** e as Associações Mutualistas, na sequência de quatro meses em que procuramos identificar e implementar respostas de modo a que as associações possam atuar no terreno e desempenhar o seu papel de uma forma mais coesa e ativa.



Estou confiante que as instituições da Economia Social estão no caminho da modernização, da formação e da qualificação, valores que sempre defendi, pois é fundamental que o conhecimento esteja no âmago das instituições para que estas prestem um bom trabalho junto das populações mais desfavorecidas e carenciadas.

Nunca esqueçamos que o objetivo maior do mutualismo consiste em assegurar o bem-estar das populações e a coesão das comunidades locais, pelo que a preparação do movimento mutualista para estes fins de proteção social é um imperativo que se coloca a todos os seus dirigentes.

Neste contexto, quero reforçar a total disponibilidade da **UMP** para apoiar as mutualidades no desenvolvimento de projetos e candidaturas no espaço do novo quadro comunitário de apoio – Portugal 2020 –, nomeadamente no âmbito dos Programas Operacionais Regionais.

Relevo, igualmente, o trabalho contínuo, desenvolvido pela **UMP**, junto das entidades da Economia Social na Europa, nomeadamente a AIM, a ODEMA, a MGEN, ... num trabalho contínuo de internacionalização do Mutualismo, estabelecendo parcerias de cooperação, capazes de projetar internacionalmente o intenso trabalho que temos desenvolvido a nível nacional.

Saudações mutualistas!

Luís Alberto Silva

Presidente do Conselho de Administração da UMP

Entrevista a Paulo Portas Vice-Primeiro-Ministro de Portugal

Que importância atribui ao contributo das Entidades da Economia Social Solidária, enquanto parceiras do Estado?

O contributo da Economia Social é hoje valiosíssimo. Dele beneficiam os portugueses diretamente e também o Estado, que ali encontra um parceiro na missão fundamental de prover pelos que realmente precisam de apoio no seu dia-a-dia.

Os números demonstram-no bem. É um setor que representa hoje cerca de 5 por cento da nossa economia e 250 mil postos de trabalho. São mais empregos remunerados, por exemplo, do que a totalidade do emprego do sistema financeiro.

Temos agora uma nova Lei de Bases da Economia Social, aprovada por unanimidade. São os alicerces para que este setor se vá afirmando como economicamente competitivo. Tudo isto, enquanto fortalece a sua rede de solidariedade, chegando cada vez mais àqueles que mais precisam.

Depois de anos muito difíceis para todos nós, a economia portuguesa está novamente a crescer. Todas as previsões que temos em cima da mesa apontam para que esse crescimento venha a ter seguimento nos próximos anos. Durante os anos mais complicados deste período recente, a sociedade civil deu provas de vitalidade na solidariedade – não o esquecemos e não o esqueceremos. Foram as instituições deste setor a, muitas vezes, promover a economia local, na linha da frente, por nunca se deslocalizarem, assim combatendo a desertificação.

Daqui para a frente, acredito que a Economia Social vai ver o seu papel reforçado, e todos temos a ganhar com isso. É nosso dever estar do lado de quem quer fazer, é nossa vocação estar do lado de quem quer fazer pelo bem dos outros.



*Paulo Portas,
Vice-Primeiro-Ministro de Portugal*

Muitas das organizações da Economia Social Solidária têm sido, ao longo de décadas, parceiras com respostas às necessidades e vulnerabilidades do Estado Social, devido às suas características de proximidade com as pessoas concretas e os seus problemas. Neste contexto, qual vai ser o papel futuro destas instituições?

Instituições sociais, associações, instituições particulares de solidariedade social, mutualidades e tantas organizações vocacionadas para o serviço social têm dado um contributo muito importante. Este trabalho tem de ser reconhecido, é justo que o façamos. E tem vindo a ser reconhecido, de uma forma pragmática, com o estabelecimento de um novo modelo de resposta social, virado, justamente, para a parceria.

«Temos agora uma nova Lei de Bases da Economia Social, aprovada por unanimidade. São os alicerces para que este setor se vá afirmando como economicamente competitivo.»

Apesar do memorando da troika, apesar também da desconfiança daqueles para quem o Estado é a única resposta, conseguimos salvaguardar a economia social. Ao nível fiscal, com a isenção do IMI ou por via da isenção em sede de IRC. E também acautelando a devolução do IVA gasto em obras para as instituições, o que significa valores bastante elevados. Se por ano lhe somarmos o encargo que as instituições teriam com a contratação de revisores oficiais de contas – cuja isenção também agora assegurámos, estamos a falar de despesas com custos de contexto que a economia social não poderia suportar, e que desviariam recursos da missão essencial, que é social.

O aumento da verba dos acordos de cooperação, permite que hoje o Estado invista já cerca de 1,2 mil milhões de euros de acordos de cooperação que garantem o funcionamento diário das respostas sociais. Estamos a estabelecer as fundações para um futuro de ainda maior dinamismo.

As instituições representativas da Economia Social Solidária, particularmente a União das Mutualidades Portuguesas (UMP), apresentaram, ao Governo, os seus contributos para a Reforma do Estado. Neste sentido, quais as áreas que considera fundamentais a atuação e intervenção destas entidades na reforma do Estado Social? As políticas de reforma a implementar, serão entendidas numa lógica de partilha de responsabilidades e parceria com a economia social?

No guião da reforma do Estado, a economia social não é apenas ator, é uma das personagens principais. Sendo criadora de emprego e de desenvolvimento nas economias locais, assumimos que deve ser um parceiro privilegiado na aplicação dos fundos comunitários destinados a estimular o emprego, a inclusão e o capital. Isto vem abrir inegáveis oportunidades para o setor.

Estabelece-se que a contratualização das funções de solidariedade deve avançar para uma Rede Local de Intervenção Social, envolvendo uma vasta parceria do Estado com o setor solidário, destinado em particular às famílias em situação vulnerável. A contratualização é o caminho para uma gestão de proximidade, tecnicamente habilitada e ajustada às circunstâncias especí-

ficas das famílias. Para nós, o investimento feito nesta rede é largamente mais eficiente do que a intervenção centralizada, frequentemente mais distante e de maior burocracia do Estado central.

Para o setor social, será muito importante o horizonte da segunda metade da legislatura: é quando esperamos concluir a política de concessão de equipamentos sociais, através de concursos e contratos de gestão.

Ainda no âmbito da pergunta anterior, que achou das propostas e considerando da UMP sobre o Guião para a Reforma do Estado?

Quando convidamos a UMP, juntamente com outras associações do setor, e parceiros sociais em geral, estávamos seguros de poder contar com contributos válidos. E assim foi.

O debate público foi intenso, a maior parte das vezes inteligente e construtivo. Só por si, estar o país a ter esta discussão sobre o Estado que queremos para o futuro já é uma conquista.

O próximo passo é termos uma versão do Guião que vai ser mais inclusiva, porque também mais representativa do que os parceiros sociais e os partidos pretendem. Em breve, será dada a conhecer.

Considera necessária a criação de novas formas de benefícios de proteção social? Quais?

Mais do que novos benefícios, queremos tornar mais eficazes os que já existem. Para que os recursos de que dispomos cheguem, cada vez mais, aos que realmente precisam de apoio.

Isso passa por, neste novo ciclo da legislatura, definir limites às acumulações de prestações sociais não contributivas e subsídios gratuitos. É uma questão de equidade e boa administração de recursos: estudar um limite de acumulação destas prestações, atribuídas a pessoas em idade ativa, mas sem ocupação fixa, comparando com o rendimento médio dos trabalhadores menos qualificados que as não recebem, mas pagam os seus impostos. A solidariedade é uma política, mas a subsidiodependência é um abuso.



No último Congresso do CDS – PP defendeu que a reforma da Segurança Social é “essencial para garantir a sustentabilidade do sistema e as expectativas dos atuais contribuintes do sistema”, aquilo que chama de “princípio da confiança dos mais novos”. Que medidas concretas podem ser aplicadas para atenuar desigualdades sociais, proporcionar melhores condições de vida e emprego e incentivar as gerações mais novas a construir um futuro em Portugal (natalidade, empreendedorismo, habitação, educação, proteção social)?

Temos de ver as coisas com muito realismo, sem facilismos ou demagogia, porque esta é uma questão que nos acompanha há largos anos e que vai continuar connosco. Portugal é hoje, demograficamente, um país a envelhecer. Por outro lado, os níveis de crescimento económico da última década são manifestamente insuficientes. Isto aconselha reformas de maior alcance, evidentemente sujeitos a negociações concretas com os parceiros sociais.

Já foram feitas reformas importantes para acautelar o futuro do sistema – por exemplo, o próprio fator de sustentabilidade no cálculo das pensões. Às novas gerações de trabalhadores, temos de garantir maior liberdade de escolha, de modo a acautelar o seu futuro. Temos proposto, e admitimos no Guião da Reforma do Estado, um “plafonamento” das contribuições e das futuras pensões, segundo um modelo de adesão individual e voluntária, com expressa manifestação de vontade dos contribuintes.

Sugerimos que opere para o futuro e apenas a partir de um certo limite de rendimentos, consensualmente definido, mantendo-se até esse limite a obrigatoriedade do desconto para o sistema público. É, portanto, um modelo prudente que só deverá avançar com indicadores de crescimento à volta de 2 por cento.

Para o sistema de segurança social, o desafio mais importante que se coloca é, precisamente, o de assegurar o seu futuro.

Afirmou, igualmente, a vontade em promover uma reforma da Segurança Social, que permita passar de um sistema de simples repartição, como é o atual, para um sistema misto que inclua a capitalização (com estabelecimento de limites para as pensões, mas também para as contribuições). Como será reestruturado o sistema de pensões da Segurança Social? Terão os sistemas profissionais um papel significativo? Em que medida as mutualidades serão consideradas enquanto parceiras neste sistema?

A evolução parcial do sistema para uma parcela de capitalização já era proposto pelo Livro Branco da Segurança Social de 2000. Agora, sabemos que uma reforma neste sentido necessita de uma conjuntura específica de crescimento económico, com significado e durabilidade. Sem esse cenário económico, as reformas podem ter efeitos perversos. Trata-se de um setor muito sensível.

A elaboração de um modelo para a reforma deverá ser feita com recurso a técnicos qualificados e abrangentes, e em estreita colaboração com os parceiros sociais e os parceiros da economia social.

O nosso país atravessa um grave problema demográfico, no que respeita à substituição de gerações, que compromete o sistema de Segurança Social e o crescimento populacional português. Como encara o Governo esta realidade? Como podemos inverter esta tendência?

Impõe-se um reforço das medidas que anulem progressivamente algumas das causas que explicam esta tendência. É preciso ter em conta a necessidade de encontrar novos caminhos para a conciliação da vida

familiar e profissional das famílias, mas também um aumento da rede de apoio às famílias, como aquele que temos promovido, em conjunto com as instituições sociais.

Desde junho de 2011, recorro, aumentamos a resposta de creche em mais de 13.000 novas vagas, o que constitui sempre um apoio importante às famílias portuguesas e permitiu a Portugal cumprir com uma das “metas de Barcelona” para 2020. Mas há outras em que estamos a trabalhar no próximo quadro.

«É preciso ter em conta a necessidade de encontrar novos caminhos para a conciliação da vida familiar e profissional das famílias, mas também um aumento da rede de apoio às famílias, como aquele que temos promovido, em conjunto com as instituições sociais.»

Como se sente enquanto membro de um governo que aplica as políticas impostas pela austeridade que criam desigualdades sociais e colocam os grupos mais desfavorecidos em situação de maior vulnerabilidade?

As políticas inscritas no memorando da troika não foram uma opção deste governo. Foram a consequência do resgate, que a irresponsabilidade financeira tornou inevitável. Não cumprir o acordo a que Portugal estava obrigado, num momento histórico em que precisávamos de financiamento externo para manter o Estado em funcionamento, teria tido consequências muito mais nefastas para a sociedade como um todo, e para os mais vulneráveis em especial.

Dentro desse quadro, procuramos, sempre e em todas as instâncias, minorar o impacto para os setores mais frágeis da nossa sociedade. Rejeitamos algumas medidas, apesar da pressão dos nossos credores. Usando a estreita margem disponível, conseguimos mesmo aumentar as pensões mínimas, sociais e rurais, que estavam congeladas. Chegados ao final do resgate, podemos projetar hoje o futuro com mais confiança.

Para a aplicação e investimento dos fundos estruturais europeus no nosso país, que áreas/projetos considera que devem ser desenvolvidos pelo setor social, em primeira instância?

A inclusão social terá agora, pela primeira vez na aplicação de fundos europeus, um eixo próprio. Isto quer dizer investir mais nas pessoas, e menos nas estruturas físicas. Quer dizer criar melhor emprego, combater a pobreza e aumentar a coesão social. Sem esquecer elevar as qualificações dos portugueses, as suas competências, o seu espaço de criatividade, de inovação e de realização pelo trabalho.

As pessoas são a maior riqueza do país. É nelas que está o nosso melhor investimento, e a economia social é a rede que as apoia: seja no envelhecimento, nos cuidados de saúde, seja nos primeiros momentos de vida ou dentro de uma lógica de capacitação, emprego e inserção.

A internacionalização das mutualidades, através da aprovação do Estatuto da Mutualidade Europeia, constituirá uma mudança de mentalidades e de modelo de proteção social europeu?

O modelo social europeu não é só o Estado. Não é apenas do Estado. Muito menos apenas do Estado central. Hoje sabemos que a melhor resposta é aquela que é dada em parceria. Aquela que conta com o contributo de todos. E devemos contar com o contributo de todos. Não só para assegurarmos a sustentabilidade da atual resposta e assim a preservamos, como também para garantirmos que é melhor, que tem mais qualidade.

Um dos pilares mais importantes das linhas de ação para o setor social foi constituído em junho de 2013, com a aprovação da Lei de Bases da Economia Social, objetivando-se o estabelecimento de um conjunto de normas jurídicas que visem garantir a sustentabilidade financeira das instituições sociais. Há novidades, desde então?

Deixemos os grupos de trabalho funcionar, e acredito que teremos novidades em breve. O objetivo é reforçar a economia social no seu todo. Isso é, desde já, muito claro. ■

MUTUALIDADES E SAÚDE



PREVENIR PARA GANHAR é um projeto de âmbito nacional, que se desenvolve transversalmente em todos os territórios de cada região, ao longo de 2014.

Trata-se de um projeto que resulta de uma candidatura ao Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), centrado nos objetivos fundamentais da tipologia 6.15 “Educação para a Cidadania – projetos inovadores”, através da promoção e concertação de recursos essenciais para a inclusão e a cidadania integral a nível nacional.

O projeto é desenvolvido e coordenado pela **União das Mutualidades Portuguesas**, contando com nove parceiros das diversas regiões do país, nomeadamente, oito Associações Mutualistas e a Liga Portuguesa Contra a Sida. Esta iniciativa conta, ainda, com a estreita articulação das Administrações Regionais de Saúde, o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e o Ministério da Saúde.

Este projeto tem como seus principais destinatários aqueles que exigem necessidades de cuidados de saúde, potenciais detentores de patologias fruto dos seus percursos de vida e que carecem de estratégias de vigilância. Abrangendo, também, família e comunidade, e ainda, elementos de Instituições interessados nos projetos de vida e bem-estar da comunidade – principais vetores da promoção da cidadania ativa, especialmente junto dos mais desfavorecidos.

O seu desenvolvimento abrange a realização de várias atividades, como rastreios de saúde e ações de (in) formação/sensibilização, que se destinam à promoção da educação para a saúde, cidadania ativa, bem-estar e vida saudável.

Estes rastreios de saúde, feitos de forma voluntária, confidencial e gratuita, aplicam-se às áreas cardiovascular, respiratória, VIH e outras IST'S, audição e visão.

Com o objetivo de facilitar a todos, os que se encontram em maior risco de exclusão e sem possibilidades financeiras de realizar exames periódicos em hospitais ou clínicas especializadas, o acesso a diagnósticos e o encaminhamento para tratamento de patologias, que representam, posteriormente, custos acrescidos para o Estado em tratamentos e pensões de invalidez.

Neste âmbito, cientes da importância da prevenção e dos cuidados de saúde, a União das Mutualidades Portuguesas, associadas e parceiros desenharam o projeto PREVENIR PARA GANHAR assente em três prioridades: igualdade de género, igualdade de oportunidades e inovação.

As entidades parceiras, pela sua abordagem e concertação dos recursos e ferramentas existentes que dis-

ponibilizam, pretendem contribuir para uma cidadania plena baseada no acesso a meios de prevenção e tratamento junto de pessoas que por diversas razões não podem usufruir dos serviços do sistema nacional de saúde.

Pretende-se melhorar as condições de saúde das populações desfavorecidas, a facilitação da interiorização dos conceitos básicos sobre saúde e benefícios da prevenção e tratamento de doenças, assim como, oferecer recursos informativos de saúde e inclusão, dirigidos aos beneficiários individuais e institucionais, contribuindo para uma futura criação de redes de prevenção, capacitação e sustentabilidade, no período pós-projeto. ■

mutualidades portuguesas
mais de 2,2 milhões de beneficiários

NORTE | CENTRO
LISBOA
ALENTEJO | ALGARVE

**PREVENIR
PARA
GANHAR**

**RASTREIOS
GRATUITOS**

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

**CAMPANHAS DE PROMOÇÃO
E EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE**

Informações:
www.mutualismo.pt | uniao@mutualismo.com
[facebook.com/uniao das mutualidades portuguesas](https://facebook.com/uniao-das-mutualidades-portuguesas)

POPH | ER | Portugal | União Europeia

Associação de Socorros Mútuos «Montepio Filarmónico»



“Todo aquele, que por excesso de misantropia, procurar isolar-se da sociedade, será um infeliz que decerto se arrependerá do seu imprudente procedimento. É simples a razão. O homem isolado pouco consegue: necessita da ajuda do seu semelhante, na maioria dos casos que se lhe deparam na vida. E assim nasce a ideia do princípio associativo”. In Subsídios para a História da Irmandade de Santa Cecília e do Monte-Pio Philharmonic.

Atualmente, é a mais antiga das associações de socorro mútuo e das primeiras a ser constituída em Portugal, estando prestes a comemorar 180 anos. A história do Montepio Filarmónico está profundamente ligada à Irmandade de Santa Cecília, por ter sido no seu seio que nasceu a associação e durante séculos terem contribuído para a criação da proteção entre iguais e a luta pela dignidade humana, a par de outras corporações, irmandades e confrarias, no espaço social de Lisboa.

A Irmandade de Santa Cecília data de 1603 e foi no ano de 1787 que deixou a Igreja de Santa Isabel e instalou-se no edifício da Basílica de Nossa Senhora dos Mártires, no Chiado em Lisboa, assistindo ao nascimento do movimento associativo liberal, onde ainda hoje permanece.

João Alberto Rodrigues Costa, descrito como um homem de carácter íntegro e notavelmente enérgico, menos notável como artista, mas brilhante como organizador, foi a este homem a quem os músicos se associaram para fazer prevalecer na sua atuação, o ideal dos benefícios coletivos sobre os individuais, ao reorganizar a Irmandade de Santa Cecília e fundado o Montepio Filarmónico, em 4 de novembro de 1834.

A associação surge numa época em que era indispensável a proteção da classe profissional de músicos em dificuldades financeiras, estando assegurado o acesso a ordenados, mesmo em situações de doença ou desemprego, assim como a subsídios, essencialmente o de funeral. Estando prontos a prestar socorro aos seus irmãos, assistiu-se a um crescimento do número de associados, que transitavam da Irmandade de Santa Cecília para o Montepio.

Ao longo dos séculos, muitas foram as histórias de reformas e renovação do Montepio Filarmónico, que o tornaram uma referência na proteção dos profissionais e amadores da arte musical e na conservação do património dos teatros nacionais e do progresso da música, sendo o “caso dos izabelões”, um dos momentos mais determinantes no destino da instituição.

Hoje, permanece ligada à sua origem e história, na Igreja dos Mártires, em Lisboa, e prossegue os mesmos fins para que foi criada, conservando nas suas instalações todo o espólio de estimado interesse e o legado dos dirigentes e associados, que durante vários séculos, por ali passaram e construíram a história musical da cidade de Lisboa.

Os benefícios complementares de segurança social como a pensão em caso de invalidez absoluta e definitiva e pensão em caso de velhice ou limite de idade, o subsídio de funeral e a assistência médica e medicamentosa, prestada no consultório próprio ou através acordos de cooperação com outras entidades

são os principais benefícios concedidos aos seus associados.

Naturalmente, a ligação que a associação mantém ao ambiente musical possibilita a criação de parcerias com Teatros, Conservatórios, Associações de Músicos, Bandas Filarmónicas, Escolas Superiores de Música, entre tantas outras organizações.

A associação é proprietária de três apartamentos em Vila Nova de Milfontes, um excelente destino de férias na Costa Alentejana, que apresenta condições e preços muito acessíveis. ■

Entrevista ao Presidente da Direção da Associação de Socorros Mútuos «Montepio Filarmónico», Alberto Campos



Alberto José da Silva Campos, Presidente da Direção da Associação de Socorros Mútuos «Montepio Filarmónico»

A Associação de Socorros Mútuos “Montepio Filarmónico” é a mais antiga das Associações Mutualistas que atualmente existem no país. Em sua opinião como vê a evolução do movimento mutualista em Portugal?

Na minha opinião, o movimento mutualista tem feito um grande trabalho em prol da população nas áreas onde está implementado, mas deve trabalhar no sentido de uma maior colaboração e interação das suas valências que possibilitem a cobertura total do país.

A Associação de Socorros Mútuos “Montepio Filarmónico” tem como objetivo base a proteção da classe de profissionais da música. Continuam estes a constituir maioritariamente, a massa as-

sociativa da instituição? Em que classes etárias se inserem?

Sim, porque sendo uma associação de classe, os estatutos a isso obrigam. A maioria dos associados estão acima dos cinquenta anos, mas estamos a trabalhar no sentido da renovação.

Pretendem alargar os benefícios a outro público? De que forma poderá a associação captar mais associados, nomeadamente da classe profissional para que está vocacionada?

Alterámos os estatutos e criámos mais duas categorias de associados: Solidários (pessoas com ligação às artes, à ciência ou à educação), e Estudantes (pessoas de ensino público, privado ou cooperativo de música).

MUTUALIDADES

Para que a associação cresça, será necessário uma maior oferta de valências partilhadas e que deve ser a função maior do mutualismo.

Considera que o “Montepio Filarmónico” conseguiu, ao longo dos séculos, adaptar-se às necessidades e interesses dos associados?

Enfrentando muitas dificuldades, sempre conseguiu adaptar-se, mantendo o equilíbrio necessário para assegurar as suas obrigações e o futuro.

Em sua opinião, de que forma, ou através de que práticas, as associações mutualistas podem captar mais associados?

Como já referi, só a partilha de sinergias e o associativismo verdadeiro é que podem conduzir a um crescimento sustentado.

Quais são as modalidades de benefícios mais procuradas pelos associados?

São a assistência médica e medicamentosa.

De que forma é prestada a assistência médica e medicamentosa aos associados, e que protocolos e parcerias têm estabelecido?

Através de consultas na sede da associação, uma vez por semana e participação nos medicamentos. Neste momento, temos protocolos com uma clínica médica, com várias especialidades, com um gabinete de quiroprática, assim como com o instituto da próstata, com preços mais atrativos.

Como a associação garante a sua sustentabilidade financeira?

A associação garante a sua sustentabilidade através de aplicações financeiras.

Em 1991 a associação realizou um investimento em Vila Nova de Milfontes. Qual a sua importância atual?

Sim, a associação investiu num Centro de Repouso e de Férias (CREFE), embora a taxa de ocupação, neste momento, não seja muito elevada, é um valor seguro

e uma mais-valia para futuras parcerias que a associação possa fazer.

Quais as principais dificuldades que o “Montepio Filarmónico” enfrenta atualmente?

As principais dificuldades residem na renovação e no crescimento dos seus associados, assim como no espaço disponível para albergar mais valências.

Que projeto tem a associação para o médio/ longo prazo?

Temos o sonho de, um dia, podermos construir a casa do músico, onde seja possível ter instalações e serviços adequados que proporcionem uma boa qualidade de final de vida a todos os associados que necessitem.

Para que as mutualidades possam prosseguir o seu trabalho, quais os protocolos e parcerias que, em sua opinião, são mais urgentes concretizar e renovar?

Na minha opinião, é urgente patrocinar e fazer funcionar todas as plataformas e parcerias que possam abranger o maior número possível de associados, potenciando a missão do mutualismo, a entreajuda e os benefícios coletivos. Quanto mais parcerias e benefícios em rede, mais facilmente os mutualistas têm acesso aos serviços de qualidade que são prestados pelas associações.

Na sua opinião, qual o papel que as associações mutualistas devem ter para promover a divulgação e o desenvolvimento do movimento mutualista?

Devem ser o motor da solidariedade, sem rivalidades nem interesses mesquinhos, remando todos para o lado do desenvolvimento social e sustentado.

Qual a importância que atribui à Plataforma Mutualista? Em que medida contribuirá para a modernização do mutualismo? Pensa aderir?

Atribuo a maior importância, pois vem preencher uma lacuna que nem todos podem ambicionar. Só com unidade e partilha é que poderemos servir muitos mais.

Este ano, vamos comemorar 180 anos e estamos a preparar um ciclo de concertos com as bandas militares e militarizadas, que esperamos poder realizar. Também vamos trabalhar numa exposição sobre a nossa história, mas, logo que consigamos as devidas autorizações, faremos a respetiva publicação/divulgação.

Qual a sua opinião sobre a realização das Jornadas Mutualistas Regionais? E quais as vantagens que identifica neste modelo de iniciativa?

Penso que é uma boa iniciativa e possibilita um melhor conhecimento da realidade das diferentes associações.

As vantagens são: a troca de experiências e identificação das dificuldades; aproveitamento de sinergias e a possibilidade de parcerias.

Tem alguma sugestão/observação a acrescentar a esta iniciativa?

Gostaria que a Plataforma Mutualista fosse bem divulgada, assim como o seu funcionamento. ■

Associação Oliveirense de Socorros Mútuos



ASSOCIAÇÃO OLIVEIRENSE
DE SOCORROS MÚTUOS

A Associação Oliveirense de Socorros Mútuos, fundada em 21 de maio 1893, abrange as regiões de Vila Nova de Gaia e Porto e conta, hoje, com cerca de 12.300 associados.

Possibilita aos seus associados benefícios na área da saúde, como um conjunto de especialidades médicas, em instalações médicas próprias e através da parceria com a Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia, que em média tem 1800 consultas anuais, correspondente aos associados.

O protocolo existente entre estas entidades veio permitir a criação de uma Parafarmácia, em 2009, na qual os associados usufruem de 10% de desconto em qualquer um dos serviços prestados.

A associação, atualmente com cerca de 12.500 associados, disponibiliza ainda serviços como o apoio domiciliário e a concessão de subsídio de funeral e, recentemente, detém um equipamento intergeracional denominado “Quinta dos Avós”, que abarca as respostas sociais de Lar de Idosos e Creche. ■



Entrevista ao Presidente da Direção da Associação Oliveirense de Socorros Mútuos, Manuel Santos



Manuel Santos - Presidente da Direção da Associação Oliveirense de Socorros Mútuos

Quais os serviços mais procurados pelos associados?

Os serviços mais procurados são as análises clínicas e consultas médicas.

As especialidades mais solicitadas pelos associados são as de clínica geral, medicina dentária e pediatria. No entanto, todas as outras especialidades funcionam por marcação.

Para além da clínica própria, os associados podem usufruir dos serviços da Liga de Gaia. Que serviços são mais procurados junto da Liga?

São procurados, especialmente, as especialidades de cardiologia, dermatologia, oftalmologia, otorrino, entre outras.

Que importância atribui ao subsídio de funeral nos dias que correm?

É muito importante devido às dificuldades que a população atravessa, atualmente.

Com a abertura da creche e lar “Quinta dos Avós” a associação cobrirá uma grande necessidade existente no concelho. Já tem muita procura? Para além desta, quais as maiores necessidades sociais existentes no concelho?

Temos, neste momento várias inscrições de associados e da população em geral. Para além desta, as maiores necessidades do concelho são, sem dúvida, o acolhimento dos idosos porque cada vez se sentem mais abandonados.

Como a associação garante a sua sustentabilidade financeira?

Através das cotizações e de outras receitas, nomeada-

mente, consultas médicas.

Fale-me da importância do complexo intergeracional para a população de Vila Nova de Gaia?

Tem uma grande importância para o concelho e, em especial, para a freguesia porque existem muitas carências, principalmente de pessoas idosas. É importante a troca de experiências e vivências entre crianças e idosos, porque as crianças podem aprender algo mais com os idosos e a sua vivência torna-se salutar.



O serviço de Apoio Domiciliário auxilia muitas famílias? Que constrangimentos existem para o desenvolvimento do mesmo?

A valência do apoio domiciliário atende cerca de 35 idosos, mensalmente. Em face das dificuldades económicas de muitos agregados familiares e dos problemas de desemprego, verifica-se que muitos idosos, outrora beneficiários do serviço, ficam agora com as respetivas famílias.. Os constrangimentos são apenas de origem financeira (por parte das famílias).

Em sua opinião, de que forma, ou através de que práticas, as associações mutualistas podem captar mais associados? Que exemplos de boas práticas desenvolvidas por esta associação quer referir?

O espelho da associação está nos seus funcionários, porque são eles que recebem os associados e o público em geral, por isso penso que a formação e as suas boas práticas de atendimento são cada vez mais necessárias.

Fale-nos do Projeto “Desafios”?

O projeto “Desafios” continua a ser desenvolvido. Trata-se de um projeto de avaliação anual, pelo que a sua continuidade está dependente dessa mesma avaliação. O Projeto tem vários públicos-alvo, pelo que podemos dizer que abrange cerca de duas centenas de crianças e jovens e cerca de 50 famílias.

Que respostas estão por contemplar na atividade das Associações Mutualistas em Portugal, com vista a alcançar melhor e de forma mais eficiente às necessidades das famílias portuguesas?

Estão a faltar, principalmente, alguns apoios que toda a gente gostaria de dar, contudo, sem alguns subsídios estatais não vale a pena avançar e “dar voos muito altos”. Porém, considero que protocolos entre nós, mutualistas, serão muito positivos para as valências que já temos, nomeadamente, a troca de algumas valências que sejam úteis, assim como refeições, apoio domiciliário e apoio médico.

Na sua opinião, qual o papel que as associações mutualistas devem ter para promover a divulgação e o desenvolvimento do movimento mutualista?

Devem arranjar, cada vez mais, sócios novos e, em especial, jovens porque os novos querem regalias diferentes e já pouco interesse mostram pelo subsídio de funeral. Por isso, temos todos que dar a conhecer o que é o movimento mutualista e prepará-los para começarem a integrar-se nesse mesmo movimento. ■

Esta entrevista data de março, antes da Tomada de Posse dos novos Órgãos Associativos da Associação Oliveirense de Socorros Mútuos, pelo que o atual presidente é agora Daniel Vitorino Pereira de Sousa

Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul



A Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul é das mais recentes associações mutualistas constituídas em Portugal, data de 8 de março de 2002.

Com o objetivo de prestar proteção dos riscos sociais aos trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, esta associação garante benefícios complementares de saúde - como a assistência medicamentosa, consultas médicas e o acesso, por via de acordos celebrados, a serviços médicos em condições preferenciais - e benefícios de segurança social através da prestação de subsídio de reforma e serviços de ação social, como uma creche, infantário e ATL.

Os associados beneficiam, igualmente, de condições preferências a um conjunto de bens e serviços, pelas parcerias celebradas entre a associação e outras entidades ou empresas, nomeadamente nas áreas de desporto e lazer, automóvel, restauração, moda e beleza, vestuário e calçado, turismo, entre outras.

Podem tornar-se associados da instituição todos os trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, assim como os seus familiares (cônjuge e filhos), independentemente do seu contrato de trabalho. ■



Entrevista ao Presidente da Direção da Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, José Carlos de Almeida



José Carlos Almeida - Presidente da Direção da Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul

Esta Associação tem como um dos principais benefícios, a assistência médica e medicamentos, nomeadamente como complemento à ADSE. Como se traduz este apoio?

Este apoio, como está implícito na pergunta, visa claramente suportar, numa base de complemento à ADSE, os associados com despesas de saúde em três áreas distintas: consultas médicas de âmbito genérico, estomatologia e medicamentos. Em função da quota escolhida para a modalidade saúde (quota de 5 ou 10 euros mensais), o associado efetivo e respetivos familiares poderão usufruir, dentro dos *plafonds* estabelecidos para as duas modalidades de apoio, dos respetivos complementos, desonerando, desta forma, os custos nestas áreas da saúde.

Portanto, o associado, além da comparticipação por parte da ADSE, tem igualmente uma comparticipação que decorre da modalidade associativa para a saúde indexados aos valores e *plafonds* previstos no Regulamento de Benefícios.

Ainda relativamente aos medicamentos, a sua comparticipação é direta contra fatura de despesa, observados os limites de compartição previstos.

Por fim, é de considerar os apoios ao associado em termos educativos. Nesta área, temos previsto em regulamento e com muita procura por parte dos associados, o apoio aos manuais escolares, o apoio ao ingresso universitário, e o prémio de mérito educativo, atribuído anualmente ao melhor desempenho escolar, do 1º nível educativo até ao secundário.

Que protocolos e parcerias tem a Associação com entidades, nomeadamente na área a saúde?

Na área da saúde e para que o benefício da saúde se traduza num maior impacto para o associado, a associação mutualista efetivou acordos com clínicas locais, sobretudo na área médica dentária e em especialidades médicas diversas, onde destacamos a pediatria, oncologia, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, ginecologia e cardiologia, incluindo, também, alguns exames de especialidade, por exemplo eletrocardiogramas e o holter 24 horas.

Ou seja, são acordos que visam diminuir a despesa dos associados em diferentes vertentes para que possam ter uma qualidade de vida minimamente dignificante sem o peso constante das despesas de saúde, ou pelo menos minorar os seus custos, como maior bem a preservar.

Por outro lado, a associação mutualista estabeleceu um conjunto de protocolos de colaboração em diferentes áreas de retalho ou comércio local. É o caso de protocolos na área do setor automóvel, desporto e lazer, moda e beleza, vestuário e calçado, escritório e serviços diversos.

Para que as mutualidades possam prosseguir o seu trabalho, quais os protocolos e parcerias que, em sua opinião, são mais urgentes concretizar e renovar?

Neste ponto, pensamos que as áreas a reforçar e a renovar são, indubitavelmente, o setor da saúde, sobretudo ao nível das comparticipações. A este nível, somos da opinião que seria interessante uma convergência reforçada entre mutualidades que trabalham a

MUTUALIDADES

parte da saúde, num binómio preço/qualidade atrativa para o associado e potenciais associados.

Quais os serviços de ação social prestados pela Associação?

Além da parte da saúde, como modalidade central desta associação, e atrás focada, esta mutualidade tem previsto nos seus estatutos a prestação de serviços na área da ação social. Efetivamente, as respostas que temos a este nível inserem-se no apoio ao pré-escolar - crianças dos 3 aos 5 anos - e nas atividades extracurriculares, onde temos a resposta de centro de atividades e tempos livres (CATL). Estas respostas têm acordo de cooperação com a Segurança Social. Podemos dizer que temos resposta instalada, nas duas modalidades, para 40 crianças, encontrando-se atualmente completamente preenchidas.

Com a atual crise económica quais as modalidades de benefícios mais procuradas pela população e quem as procura?

A nossa associação mutualista é de génese “cooperativa”, isto é, e como indica a própria denominação da associação, visa um determinado setor específico e/ou organizacional, no caso, uma autarquia, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. Portanto, e ao contrário da maioria das associações mutualistas, que visam uma dimensão territorial na sua intervenção, o nosso âmbito é puramente organizacional, neste sentido, os funcionários da própria autarquia são o nosso público.

No entanto, as respostas sociais previstas, no caso do apoio à infância, encontram-se abertas à comunidade. Justamente nesta vertente, tivemos que proceder a uma ligeira alteração dos estatutos para colmatar a situação de abertura à comunidade. Com a aprovação da Direção Geral da Segurança Social, introduzimos a figura do “associado solidário”. Com esta pequena alteração, abrimos os serviços da associação, nesta vertente, à comunidade.

Quem nos procura nestas respostas (e eventualmente noutros serviços) não é associado efetivo, mas pode aceder aos serviços que a associação comporta.

Quais as áreas ou apoios sociais que vê necessidade de serem desenvolvidas no concelho de S. Pedro do Sul? Quais as principais carências da população?

Obviamente, sendo uma associação mutualista de cariz organizacional, no caso autárquico, o que se passa na

comunidade que nos envolve não nos é alheio, nem poderia ser de outra forma.

Num contexto de crise e de esforço para as famílias, o apoio à infância pensamos ser o grande investimento a fazer, em primeiro lugar pelo Estado, numa conjugação de esforços com o setor social.

E aqui as mutualidades são parceiros ativos. Neste aspeto, as associações mutualistas tem que ser flexíveis e ir ao encontro das reais necessidades dos associados e restante população que as procuram.

De que forma a associação poderia atuar nos domínios que referiu?

Sem querermos desvirtuar a génese da associação, pensamos o caminho a seguir é dar mais poder de decisão aos “associados solidários”. Efetivamente, o papel que desempenham nas respostas sociais que procuram é demasiado importante para ficarem à margem da associação.

Que atividades culturais e recreativas são desenvolvidas pela associação?

Em grosso modo, as atividades que atualmente a associação desenvolve são na área da resposta social do apoio à infância. Para os associados, temos a programação anual que tentamos cumprir com as atividades estipuladas (passeios organizados, eventos de calendário, tipo Jantar de Natal, etc.).

Desde quando funciona o benefício concedido aos associados na compra de manuais escolares e o Prémio de Ingresso Universitário?

Este é um dos benefícios, embora recente, mais emblemático da associação. Previsto e aprovado em regulamento datado de 2010, já vai no seu terceiro ano letivo.

Em termos de suporte financeiro da medida, é um benefício que é absorvido pela quota de solidariedade, obrigatória para os associados efetivos, portanto não acarreta custos adicionais para o associado.

Em termos de adesão, foi uma medida muito bem aceite por todos os associados. Podemos dizer que cobre 100% dos associados com filhos em idade escolar, sendo claramente, neste aspeto, um estímulo ao mérito e ao reconhecimento do investimento educativo, por parte dos encarregados de educação, especialmente na transição para o ensino superior que nos dias que

correm, não é fácil, em termos financeiros, assegurar um ciclo de estudos desta ordem.

Em sua opinião, de que forma, ou através de que práticas, as associações mutualistas podem captar mais associados?

Este é o busílis da questão: angariação de associados. Pensamos que aqui as associações têm que ser efetivamente práticas e ir ao encontro das necessidades reais das pessoas: não podem promover “produtos” que, de alguma forma, não respondem às necessidades e/ou são desadequados à realidade concreta.

Por outro lado, os estatutos e a tutela têm que ser mais compreensivos para as necessidades reais das Associações Mutualistas para não ficarem condicionadas, na sua ação, por um espartilho legal.

Como a associação garante a sua sustentabilidade financeira? E quais as dificuldades que enfrentam atualmente?

Esta também é uma questão importante, senão a mais importante. Como decorre com as demais associações mutualistas, o equilíbrio financeiro da nossa associação não é fácil. Os diferentes compromissos internos e externos que a associação tem que fazer face colocam-na numa situação premente de défice financeiro.

Obviamente que o grosso da situação financeira da associação passa pela prestação de serviços e dos acordos (importantíssimos) com a Segurança Social. Esta é principalmente a nossa dificuldade, o equilíbrio financeiro da instituição.

Em segundo lugar, a captação de mais associados e, eventualmente, a abertura da associação à circunscrição territorial, como zona de influência.

Que projetos a associação tem para médio/longo prazo?

Reforço das respostas em curso; maior cobertura dos complementos de saúde (sempre dependente do número de associados e do capital próprio para poder responder a este desafio) e o maior desafio prende-se com o abrir do leque na área de intervenção da saúde, com a criação de uma farmácia social.

Que exemplos de boas práticas desenvolvidas por esta associação quer referir?

Nesta matéria, as boas práticas instituídas prendem-

-se com a reorganização dos serviços em termos de eficácia e eficiência, indo ao encontro das pretensões dos associados.

Por outro lado, o que se encontra em curso e é o que desejamos, é a certificação da associação em termos de EQUASS – European Quality Assurance for Social Services, isto é, dotarmos a associação, em todos os parâmetros, de respostas sociais parametrizadas a nível europeu, que se repercute ao nível da excelência na prestação de serviços quer no seu funcionamento interno quer, e sobretudo, na satisfação do associado e da comunidade envolvente.

Qual a importância que atribui à Plataforma Mutualista? Em que medida contribuirá para a modernização do mutualismo?

A nossa associação foi uma das primeiras aderentes a esta plataforma. No mundo virtual em que vivemos, por intermédio das Tecnologias de Informação e Comunicação, ficar fora e/ou à margem desta realidade é remeter o mutualismo para a irrelevância.

Portanto, esta é uma dimensão demasiado séria para projetar as associações mutualistas e o mutualismo em particular na especificidade da economia social, como repostas mais atrativas e capacitantes do que aquelas que o setor de mercado oferece, com a devida responsabilidade social. Trata-se de uma ferramenta importantíssima e poderosa em prol do mutualismo: no reforço da sua imagem e identidade, por mutualidades que se pretendem pró-ativas e atentas às mudanças sociais.

Na sua opinião, qual o papel que as associações mutualistas devem ter para promover a divulgação e o desenvolvimento do movimento mutualista?

As Associações Mutualistas, cada uma a seu modo, reproduzem, localmente, o modelo e a filosofia que suporta o mutualismo, os seus valores e práticas instituídas. Diferentes das restantes que operam no designado terceiro setor, destacam-se pela responsabilidade social intrínseca ao setor mutualista, pela democratização das decisões e pela implicação dos associados na tomada de decisão (assembleias gerais). É isto que diferencia as associações mutualistas das demais, como capital acrescido nas suas comunidades de intervenção. ■

Portugal participa no V Fórum Intercontinental do Mutualismo



Luís Alberto Silva, Presidente da UMP e Alfredo Sigliano, Presidente da ODEMA

A União das Mutualidades Portuguesas, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, participou, nos dias 23 e 25 de abril, em Buenos Aires, no V Fórum Intercontinental do Mutualismo - "El Desarrollo Humano: un objetivo prioritario del mutualismo y otras organizaciones de la economía social y solidaria", organizado pela Organização de Entidades Mutualistas das Américas (ODEMA).

Este evento contou com a presença de representantes mutualistas dos diferentes continentes, que discutiram a possibilidade de criação de novos modelos de proteção social e de uma parceria global para o desenvolvimento, através da criação de redes e de espaços públicos de interação, assim como a criação de novos canais de comunicação, com vista a fomentar as relações entre os diversos intervenientes do mutu-

alismo mundial.

Para além da Conferência, que assinalou o Encontro Intercontinental do Mutualismo, decorreram reuniões bilaterais, das quais resultou a criação de um grupo de trabalho composto por personalidades do mutualismo de todo o mundo, com o objetivo de facilitar a troca de ideias, experiências e dados no sentido de ser criada uma Lei de Bases para a Economia Social na América Latina, que abarque a diversidade de necessidades das instituições que compõem o setor.

Luís Alberto Silva fez uma breve apresentação do movimento mutualista português (e europeu), com especial ênfase na importância do mutualismo no mundo e os desafios que Portugal tem vindo a enfrentar nos últimos meses, referindo "temos vindo a encetar contactos com representantes dos cinco continentes – América, Euro-

pa, África, Ásia e Oceânia – na medida em que consideramos importante e premente a existência de uma organização que represente o movimento mutualista destes continentes. Como tal pretendemos operacionalizar a criação da Organização Mundial Mutualista (OMM)".

Ainda no âmbito do evento, foi assinado, no dia 25, o Convénio de Cooperação Internacional, entre a ODEMA e a UMP, "para desenvolver um sistema de troca de experiências, profissionais, informação e tecnologia, no trabalho de difundir o mutualismo no mundo e toda a ferramenta similar que fomenta a redução da pobreza e que fomenta a solidariedade, a cooperação, a paz, o progresso material e espiritual e a compreensão de todos os homens no mundo".

A assinatura deste Convénio trata-se de "uma cooperação que eleva os princípios e valores do movimento mutualista, dado que assumimos difundir, desenvolver e expandir o mutualismo no mundo, os seus princípios, os seus valores, a sua doutrina, focalizando-se naquilo que é o mais importante, o valor e o respeito pela pessoa", como referiu Luís Alberto Silva. ■

As Respostas de Apoio aos Idosos das mutualidades



Em Portugal, no ano de 2013, existiam 2.020.126 pessoas com mais de 65 anos. Destes, cerca de 2 milhões eram pensionistas de velhice, segundo dados da Segurança Social. Em comparação com a população jovem, constata-se que, no nosso país, há 129,4 idosos por cada 100 jovens.

O envelhecimento e a longevidade da população representam indicadores que, necessariamente, remetem para uma reflexão sobre as respostas sociais que são prestadas aos idosos e à otimização dos recursos e oportunidades existentes. Estas têm em vista a promoção da qualidade de vida, da autonomia e da proteção na



saúde, para além da integração e participação ativa dos idosos na construção de uma sociedade mais atenta e compreensiva com as problemáticas ligadas ao envelhecimento, do atual e do futuro panorama demográfico em Portugal.

As Associações Mutualistas, de acordo com as áreas sociais em que intervêm, representam um espaço de atuação permanente de apoio à questão do envelhecimento e de promoção de uma melhor qualidade de vida dos idosos e das suas famílias.

As 12 associações mutualistas que, no país, apresentam um



conjunto de respostas de apoio social para pessoas idosas, nomeadamente o Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Convívio, Centro de Dia, Centro de Noite, Estruturas Residenciais, Cantinas Sociais e Centro de Férias e Lazer, têm como objetivos principais promover a autonomia; incentivar a participação na vida local, assim como a sua socialização e a relação entre gerações; prevenir o isolamento e a solidão, desenvolver e fomentar as boas práticas de cuidados de higiene e o conforto pessoal; disponibilizar uma alimentação saudável de acordo com as suas necessidades, além de promover a assistência e proteção na saúde. ■

Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta - Espinho
Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança - Bragança
Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense" - Covilhã
O Legado do Caixeiro Alentejano - Associação Mutualista - Évora
Montepio Rainha Dona Leonor - Associação Mutualista - Caldas da Rainha
A "Benéfica e Previdente" - Associação Mutualista - Porto
A Previdência Familiar do Porto Associação de Socorros Mútuos - Porto
A.S.M. Nossa Senhora da Esperança de Sandim e Freguesias Circunvizinhas - Vila Nova de Gaia
Associação Oliveirense de Socorros Mútuos - Vila Nova de Gaia
União Mutualista Nossa Senhora da Conceição - Associação Mutualista - Montijo
Associação Socorros Mútuos Marítima e Terrestre da Vila de Sesimbra - Sesimbra
Associação de Socorros Mútuos Setubalense - Setúbal

0 Testemunho das Associações Mutualistas

Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim Vila Nova de Gaia

2 Estabelecimentos de Centro de Dia que apoiam 80 idosos

Serviço de Apoio Domiciliário - 3 equipas que apoiam 74 idosos, 7 dias da semana



“Os nossos serviços têm muita procura. Semanalmente, surgem cerca de dois a três pedidos. Em algumas situações, uma vez que, no momento, não temos vagas disponíveis em nenhuma das valências, os familiares inscrevem os idosos nas listas de espera de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, optando por beneficiar do serviço onde a vaga ocorrer primeiro.

A zona onde nos localizamos e intervimos é ruralizada e a emigração um fenómeno evidente. A par deste fenómeno e devido as condições socioeconómicas, as famílias não podem prescindir dos

seus trabalhos, para se dedicarem aos seus idosos. Assim, as nossas respostas de apoio ao idoso surgem como um complemento na função da família, ao qual esta recorre no sentido de salvaguardar o apoio e acompanhamento nas atividades da vida diária e nas principais necessidades dos seus idosos.

Os nossos serviços têm, junto dos idosos e em parceria com suas famílias, uma função de promoção do combate ao isolamento e à solidão, estimulando o acompanhamento, a companhia, o convívio e a participação na vida social e comunitária. Outras das nossas preocupações são os cuidados de saúde e acompanhamento médico, os quais asseguramos aos nossos idosos, bem como a devida assistência medicamentosa, a par da prevenção da perda de autonomia e mobilidade através de atividades de estimulação cognitiva e motora (ginástica, ioga, atividades recreativas, manuais e lúdicas).



Por fim, desenvolver respostas de apoio social pressupõe trabalhar com uma população carenciada a vários níveis, nomeadamente a nível económico, ou seja, as nossas dificuldades assentam numa dificuldade principal, a escassez de recursos financeiros que, por sua vez, se traduzem na escassez de recursos humanos e materiais, o que se reflete na nossa capacidade de resposta aos pedidos que surgem diariamente”. ■



Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança Bragança

Centro de Dia apoia 20 idosos

Centro de Convívio apoia 70 idosos



“O Centro de Dia tem como finalidade dar resposta a pessoas idosas, em situação de risco ou perda de independência por um período temporário ou permanente, contribuindo para que tenham uma vida digna, confortável e saudável, prestando ajuda direta ao idoso e ajuda direta e indireta à família.

Nesta resposta, proporcionamos atividades de animação e convívio, promovendo a autoestima e a mobilidade do Idoso, estimulando o seu envolvimento na vida da Instituição.

Outras das nossas preocupações é o desenvolvimento de uma maior ligação entre os idosos e a família, reforçando os laços afetivos entre eles.

Por sua vez, o Centro de Convívio tem como finalidade combater a solidão que os nossos pensionistas e idosos enfrentam nos dias de hoje e aqui encontram um espaço onde são acolhidos e participam nas mais diversas atividades lúdicas e socioculturais.

As atividades são elaboradas e programadas conforme as necessidades dos nossos idosos, de forma a proporcionar um maior desenvolvimento físico-intelectual. As

mais recentes atividades/programas desenvolvidos, para além das atividades semanais, foram as aulas de hidroginástica e o atelier de informática, as quais tiveram muita adesão”. ■



Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta Espinho

Centro de Convívio acolhe 27 idosos

Lar de idosos acolherá 80 idosos (em construção)



“A resposta Social do Centro de Convívio tem 25 dos seus utentes abrangidos pelo Protocolo da Segurança Social, possuindo, no total, 27 utentes inscritos. Contudo esse número acaba por ser bem maior, sempre que há um passeio, ou nas comemorações dos dias festivos em que aparecem também os familiares e companheiros dos utentes.

A resposta social tem tido uma significativa procura por parte dos mais velhos na ocupação do seu tempo livre, tendo cerca de 10 novos inscritos em cada ano. Temos, também muitas pessoas (filhos/cuidadores) que procuram informações, mas que depois não se inscrevem (embora seja gratuita). Isto pode dever-se à resistência à mudança por parte dos idosos, ou porque a resposta social não corresponde às necessidades e ao grau de dependência e\ou autonomia do utente.

A ocupação correta dos tempos livres por parte da população idosa que se encontra ativa e autónoma, é uma medida profilática fundamental, que previne e reduz o risco de carência e dependência do idoso face às dificuldades do seu dia-a-dia. Diminui o envelhecimento através da participação ativa em funcionamento da Resposta Social de Centro de Convívio, reforça os laços afetivos e sociais, promove a inclusão social, estimula o contacto com novas realidades, e retarda a institucionalização do idoso. É de assinalar a grande procura dos utentes na iniciação à informática e às novas tecnologias.

Como atividades, destacam-se os trabalhos manuais, dinâmicas de grupo, jogos tradicionais, dança sénior, ginástica, informática, cinema, passeios e visitas, manicura, entre outras.

A resposta social Centro de Convívio propõe fazer a ponte entre esta resposta e o futuro Lar de Idosos, assegurando uma transição suave dos seus utentes, acompanhando-os de forma a facilitar a sua adaptação numa etapa de mudança nas suas vidas.

O Centro de Convívio é uma resposta social que acaba por ser apenas uma fase na vida dos idosos, que se pretende prolongar o

mais tempo possível, criando melhor qualidade de vida, autonomia e retardando a institucionalização do idoso para respostas muito mais dispendiosas e com custos maiores, quer para os utentes, quer para as instituições.

Existe uma grande procura junto da nossa Associação, motivo esse que nos vai levar à construção de uma estrutura Residencial, com capacidade para, aproximadamente, 80 utentes. Já temos terreno e projeto aprovado e estamos a aguardar financiamento para as obras.

Pretendemos, com a construção deste equipamento, melhorar a qualidade de vida dos idosos e dos respetivos familiares do concelho de Espinho, assegurando com os nossos serviços, uma prestação de cuidados eficazes e competentes”. ■



Legado do Caixeiro Alentejano – Associação Mutualista

Évora

Lar acolhe 31 idosos
Apoio Domiciliário apoia 38 utentes
Centro de Dia acolhe 6 utentes
Cantina Social acolhe 30 utentes



“O Centro de Dia foi inaugurado recentemente, no âmbito das comemorações do 70.º aniversário da associação. As instalações comportam, atualmente e após algumas reestruturações, cerca de 30 idosos, embora com capacidade para mais 55 em Apoio Domiciliário e é constituído por sala de estar, refeições, cozinha, lavandaria, copa, várias casas de banho de apoio e um amplo espaço exterior para passeios e descanso.

O Lar conta com 20 quartos (12 duplos e 8 simples), com um gabinete médico, salas de estar com TV, espaço para leitura, cabeleireiro, ginásio e esplanada.

A Quinta dos Apóstolos dispõe, também, de uma capela, uma piscina e espaço exterior. Há, naturalmente, o acompanhamento médico e de enfermagem e a possibilidade de adaptarmos outros serviços em função dos utentes que tenhamos.

A Residência Apóstolos, apesar de diversos contactos encetados, não tem, de momento, a possibilidade de celebrar algum tipo de acordo de cooperação para que as mensalidades aplicadas sejam mais baixas, pelo que, atualmente, está a funcionar em regime privado, tendo os seus associados, há mais de três anos, descontos de 5% de mensalidades nos quartos individuais e redução de 40% na inscrição. Aceitamos, ainda, inscrições para passar férias ou mesmo só para um período de recuperação.

Os fatores referenciados aquando da procura das diversas respostas sociais, principalmente na procura da valência de Lar, são e por ordem de incidência:

- O elevado grau de dependência;
- O isolamento social;
- A procura de auxílio nas atividades da vida diária;
- A inadequação das condições habitacionais versus estado de saúde;
- Doenças crónicas como Alzheimer e Parkinson;
- Aparecimento de doença súbita no familiar “cuidador”.
- Ausência de ajuda familiar.

Com a presença diária da equipa de ajudantes familiares e/ou

equipa de enfermagem, os cuidados de higiene, conforto e imagem estão assegurados e, no caso da resposta de Lar, são imediatos. Existe uma maior monitorização do estado de saúde e funcional dos idosos, existindo, por conseguinte, um maior controlo dos riscos.

A Associação é encarada pelos utentes e respetivas famílias como um espaço que lhes confere estabilidade e segurança.

No desempenho das nossas funções temos sempre como objetivos proporcionar aos nossos idosos momentos de aprendizagem e valorização pessoal, desenvolver competências ao nível da escrita e da leitura, promover a autoestima, o convívio e o bem-estar, evitar o isolamento e o ócio, desenvolver e estimular as capacidades cognitivas, a imaginação e a criatividade e combater as limitações físicas. ■



RETRATO DO PAÍS

As atividades são diversificadas e abrangem inúmeras temáticas, tais como jogos de concentração e memória, atividade física, ateliers de expressão plástica, expressão corporal, hidroginástica, momentos de oração e reflexão, aulas de alfabetização, oficinas de informática, comemoração dos dias festivos e realização de sessões de esclarecimento (sobre a diabetes, doença de Alzheimer, por exemplo).

Com o intuito de promover a dinâmica de grupo e o intercâmbio sociocultural, estabelecemos intercâmbios com outras instituições da área abrangente, congêneres, com a sua atuação no tecido social.

Não obstante, é a proximidade física entre o Jardim de Infância e a área da terceira idade que constitui, verdadeiramente, a nossa mais-valia - vantagem sentida pelas crianças, mas primordialmente pelos idosos - e que se traduz numa caminhada de 5 minutos. Reconhecendo o importante papel que desempenhamos como agente impulsionador de encontros intergeracionais, todas as nossas ações são norteadas pelo objetivo de fomentar a socialização e a troca de saberes entre os



Na resposta de Lar, os utentes, na sua maioria, são oriundos de famílias alargadas mas todos constituíram famílias nucleares, sendo de realçar que um terço da nossa população residente não tem filhos.

A ausência desta figura parental é preenchida, em todos os casos, pela existência de sobrinhos, com visitas regulares e, quer estes, quer a generalidade dos filhos, continuam a ser o principal promotor de contatos sociais e principal agente de apoio psicológico, não se verificando até então a



perda de laços afetivos entre os idosos e as respetivas famílias.

Nos casos em que há dois filhos (na maioria existe apenas um), as visitas são organizadas por ambos de forma alternada, proporcionando ao utente a presença quase diária de um familiar. Estas visitas ocorrem tendencialmente no final do dia, uma vez que o Lar “Residência Apóstolos” não estabeleceu horário de visitas, para os descendentes diretos (filhos), facilitando a continuação e refor-

ço dos laços afetivos, contribuindo desta forma, para o equilíbrio sócio emocional dos idosos.

Na resposta social de Centro de Dia, o transporte dos utentes, é feito maioritariamente e por opção pelas famílias, e na resposta de apoio domiciliário, todas as nossas prestações de cuidados de higiene pessoal, são acompanhadas e auxiliadas pelo elemento designado na família de cuidador “responsável”.

Temos consciência que para esta realidade contribui o facto de não estarmos inseridos num grande meio urbano. As principais dificuldades são financeiras e de recursos humanos”. ■



União Mutualista Nossa Senhora da Conceição – Associação Mutualista Montijo

Lar Montepio acolhe 50 idosos
Centro de Dia acolhe 30 idosos
Apoio Domiciliário apoia 80 idosos
Centro Comunitário acolhe 69 idosos



“A União Mutualista Nossa Senhora da Conceição detém no seu equipamento Lar Montepio, inaugurado em 2002, as valências de apoio à população idosa: Lar, com capacidade para acolher 50 idosos (36 com comparticipação mensal da Segurança Social e 14 em regime de gestão particular); Centro de Dia, com acordo celebrado com a Segurança Social para 30 idosos e Serviço de Apoio Domiciliário com acordo celebrado com a Segurança Social para 80 idosos.

A Instituição possui, ainda, outro equipamento localizado na freguesia Alto Estanqueiro-Jardim somente com a valência de Lar e capacidade, atribuída em Acordo de Cooperação com a Segurança Social, para 14 utentes.

No que diz respeito ao “Centro Comunitário Mais Cidadão”, este apoia 69 idosos (65 anos ou mais)

da Freguesia do Montijo, desenvolvendo, com estes, atividades lúdico-culturais, desportivas e ação social, sendo que no âmbito desta última intervenção são apoiados 11 idosos.

No âmbito das três respostas sociais integradas no Lar Montepio, as que têm mais procura são a valência Lar e a valência Serviço de Apoio Domiciliário nesta ordem de prioridade. A procura a estas duas valências é praticamente semanal. As famílias pretendem, respostas que correspondam a cada uma das suas necessidades, de forma particular. Esta realidade verifica-se, pois, assistimos, cada vez mais, a um aumento das situações de grande dependência física e cognitiva para as quais as famílias não estão preparadas.

Os idosos, nesta situação, deixam de reunir critérios para a sua integração em Centro de Dia, valência direcionada para idosos que ainda mantêm a autonomia nas suas AVD'S, garantindo-lhe a prestação de serviços básicos, nomeadamente, a alimentação, a higiene pessoal e o tratamento de roupa, ao mesmo tempo que se fomentam relações interpessoais e se previnem situações de isolamento, mantendo o idoso no seu domicílio.

Cada uma das nossas respostas

sociais constitui, por si só, uma ajuda fundamental para as famílias e idosos que nos procuram.

Nestas valências, procuramos fomentar uma atuação humanizada e personalizada que consiga fazer face às reais necessidades e especificidades de cada situação, olhando para a mesma como um todo. Para este trabalho, contribui a intervenção de uma equipa multidisciplinar constituída por enfermeiros, médico, animadora sociocultural, psicóloga, nutricionista, técnica superior de serviço social, ajudantes de ação direta e pessoal auxiliar.

Tendo sempre por base as especificidades, capacidades e interesses de cada idoso, desenvolvemos exercícios de estímulo cognitivo, atividades de carácter lúdico, recreativo, cultural e religioso, nomeadamente Aula do Riso, Oficinas de Artes Decorativas e Pintura, Arraiolos, Hidroginástica, Passeios/Visitas Culturais, aulas de alfabetização, onde exercitamos aprendizagens, por vezes, adormecidas, iniciação à Informática, nomeadamente no âmbito da navegação pela *Internet* e utilização do email para comunicação com familiares, por vezes, distantes, *Workshops* Informativos, nomeadamente na área da Nutrição, Beleza e Bem-Estar, Culinária, Arte Floral, Relaxamento e Meditação,

RETRATO DO PAÍS

Sexualidade, *Empowerment*, sendo que as atividades que têm mais procura por parte deste tipo de população são as aulas de Artes Decorativas e a Hidroginástica.

Iniciámos, também, a criação de um Grupo Coral, entre outras atividades.

Procuramos, sempre que possível e haja adesão, envolver as famílias nas atividades, motivando a manutenção da estrutura familiar. Por outro lado, com estas atividades, potenciamos as capacidades de cada idoso; promovemos a socialização, o bem-estar, a autoconfiança; prevenimos o isolamento e, sobretudo, desenvolvemos sentimentos de partilha, de pertença, de afeto e de utilidade. Cada idoso é encarado como um ser detentor de capacidades, necessidades e expectativas com uma dimensão física, psíquica, intelectual, emocional, cultural e social que tem de ter continuidade



de e visibilidade, pois constituem a sua identidade até ao fim.

Ao nível familiar, o envelhecimento e situações de maior dependência são sentidas de diferentes formas e estas realidades manifestam-se na nossa intervenção nas Valências Lar, Centro de Dia e SAD.

As famílias que nos procuram quase que nos exigem serviços gratuitos ou praticados a mensalidades mínimas. Por outro lado, os que já são nossos utentes procuram a diminuição dos encargos com os serviços prestados, com o mesmo grau de exigência, deixando, inclusive e cada vez mais, de honrar os seus compromissos para conosco ao nível das mensalidades,



por vezes sem apresentar sequer uma justificação, mesmo quando o valor a pagar é simplesmente o valor correspondente ao que, por indicação da Segurança Social, o idoso deve pagar.

Temos, por outro lado, da realidade sentida pelo Centro Comunitário Mais Cidadão, uma situação diferente. Os idosos que procuram esta resposta ainda não têm muitas limitações físicas e encaram a velhice de forma ativa, capaz e independente e isto são aspetos que tranquilizam as suas famílias. O Centro Comunitário é um serviço de referência na comunidade, quer para o idoso, quer para as suas famílias e, neste sentido, sabem que, alguma dúvida, problema ou esclarecimento que necessitem, podem contactar telefonicamente ou dirigir-se ao serviço, pois existe sempre uma palavra para eles.

Pelo exposto, o grande desafio que se coloca às instituições e ao qual não nos alheamos, é garantir que os serviços prestados assentem na Qualidade, continuando a fomentar uma atuação humanizada e personalizada que consiga fazer face às reais necessidades e especificidades de cada situação, aliado a uma gestão cada vez mais rigorosa dos recursos económicos, materiais e humanos existentes". ■

Associação de Socorros Mútuos Setubalense

Apoio Domiciliário com 55 idosos
Centro de Dia com 40 idosos
Cantina Social com 100 refeições diárias

“A Associação de Socorros Mútuos Setubalense (ASMS) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de referência na cidade de Setúbal. Situada em pleno centro histórico da cidade, concentra, na sua sede centenária, todos os serviços nas áreas da Saúde e Ação Social.



Na área social, presta apoio domiciliário a 55 idosos, entre os quais 45 são apoiados pelo acordo de cooperação com a Segurança Social, funcionando todos os dias da semana, incluindo fins de semana.

Neste sentido, o Serviço de Apoio Domiciliário procura melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e da família e retardar ou evitar a institucionalização. Este serviço pretende assegurar a satisfação das necessidades básicas, prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial e, desta forma, manter o equilíbrio e bem-estar e cooperar na prestação de cuidados de saúde.

O Centro de Dia é uma resposta social, com 40 utentes, desenvolvida em equipamento próprio, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio familiar. Esta resposta funciona de 2ª a 6ª feira, das 9h às 19h, altura em que o utente regressa ao domicílio. Tem como objetivo desenvolver as relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com outros grupos etários para evitar a diminuição da autoestima, apatia, desmotivação, solidão e o seu isolamento.

A Cantina Social, a funcionar desde novembro de 2012, com a confeção e distribuição de 100



refeições diárias, visa assegurar, aos indivíduos e famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias. Em colaboração com a Segurança Social, são identificadas as situações de risco e carência, sendo entregue a alimentação para consumo no domicílio.

A Associação Socorros Mútuos Setubalense tem a funcionar, nas suas instalações o projeto da “Loja Amiga”, com recolha e distribuição gratuita de roupa a, aproximadamente, 200 pessoas.



É uma resposta social solidária, com o objetivo de suprir as necessidades imediatas de famílias carenciadas, através da recolha e distribuição de bens usados ou novos, doados por particulares ou empresas. Todos os bens são cedidos a título gratuito e servem para uso pessoal.

A procura destas respostas é sempre em elevado número, pela população idosa e por parte das famílias. O Serviço de Apoio Domiciliário, é o mais solicitado, devido à situação de dependência do idoso, necessitando, muitas vezes, de um apoio no domicílio. As famílias, muitas vezes, têm dificuldade em conseguir vaga no lar e em pagar a permanência no mesmo, pelo facto destes terem preços elevados para as suas pos-

sibilidades. A Associação Socorros Mútuos Setubalense tem um papel preponderante na cidade de Setúbal, tentando combater o isolamento social e estimular a participação ativa da população idosa, proporcionando atividades de animação com todos os utentes. Não perdemos de vista que a vida é sempre mais interessante quando temos objetivos a atingir, seja no plano pessoal ou profissional, pelo que os objetivos, as metas, as ambições, por nós definidos, dão um maior significado ao futuro da ASMS, bem como a cada um dos utentes.

Proporcionamos um ambiente onde todos se sintam em harmonia e compreensão mútuas – os que frequentam as respostas sociais, os que nos procuram a solicitar outro tipo de apoio, os que trabalham e os que dão a sua ajuda voluntária. Procuramos, sobretudo, que seja um lugar onde:

- Os utentes se preocupem uns com os outros, com o pessoal e com os voluntários;
- O pessoal se preocupe uns com os outros, com os utentes e voluntários;

- Os voluntários se preocupem uns com os outros, com os utentes e o pessoal;

- Todos os elementos se preocupem com as pessoas mais desfavorecidas da comunidade.

Assim sendo, o papel da ASMS no apoio familiar é preponderante.

Primamos por dispormos de técnicos qualificados para o acompanhamento dos utentes ao nível do apoio psicossocial.

A função mais difícil de qualquer Direção é tentar angariar os fundos anuais necessários à gestão da Instituição. É importante e crucial negociar o seu financiamento anual com os serviços da Segurança Social. Ao tentar obter/negociar os acordos orçamentais, deve-se pôr em cima da mesa a qualidade dos serviços que a Instituição tenciona providenciar na calendarização do ano seguinte, definindo, cuidadosamente, o tipo de cuidados/serviços prestados, baseado em justificações claramente expostas. As negociações orçamentais devem atualizar-se todos os anos, tendo em conta as perspetivas futuras e não reutili-

zando as do passado.

A Direção tem, também, o papel de angariar donativos privados a fim de assegurar a cobertura de eventuais défices ou apoiar a realização de determinadas atividades. Outra das grandes preocupações da Direção é, continuamente, procurar a motivação de pessoas jovens e envolvê-las na Instituição para o desenvolvimento de projetos inovadores, como necessidade vital continuada e mais duradoira. Todas estas preocupações exigem apoios financeiros, que não têm sido fáceis de angariar, tendo em conta a situação vivenciada atualmente no nosso país". ■



Os Fundos de Saúde Mútuos da Grécia e o seu Papel na Atual Circunstância Decorrente da Crise



*Panos Sompoulos, Presidente da
O.A.T.Y.E. e E.D.O.E.A.P.*

A O.A.T.Y.E. é o primeiro grupo de Fundos de Saúde e a primeira Federação de Fundos Mútuos de Saúde na Grécia. É uma organização sem fins lucrativos de direito privado. Os seus membros - E.D.O.E.A.P. (United Press Organization of Supplementary Insurance and Medical - Organização de Seguros Complementares e Assistência Médica da Imprensa Unida), TYPET (Mutual Health Fund of the National Bank of Greece Personnel - Fundo de Saúde Mútuo dos funcionários da Banca Nacional da Grécia), ATPSYTE (Mutual Health Fund of the Bank of Greece Personnel - Fundo de Saúde Mútuo dos funcionários do Banco da Grécia) e TYPATE (Mutual Health Fund of the Agricultural Bank of Greece Personnel - Fundo de Saúde Mútuo dos funcionários do Banco Agrícola da Grécia) - totalizam cerca de 100.000 segurados.

Os quatro membros da O.A.T.Y.E funcionam de acordo com o mo-

delo Mutualista. Prestam serviços de saúde, assistência médica e hospitalar aos seus membros, sem receberem quaisquer subsídios do Estado. Não prosseguem fins lucrativos, têm gestão autónoma e assentam nos princípios de Mutualismo e Solidariedade. A Direção é eleita diretamente pelos seus membros, sendo os candidatos os membros segurados dos fundos. Cada uma e todas as decisões são tomadas de forma democrática e transparente e os relatórios administrativos e financeiros anuais são compilados e submetidos à Assembleia Geral. A O.A.T.Y.E é membro ativo da Associação Internationale de la Mutualité (AIM), há mais de 15 anos, desenvolvendo relações internacionais e europeias dinâmicas através dos seus membros, tendo sido eleita para a vice-Presidência da AIM por três mandatos consecutivos.

A O.A.T.Y.E. representa o “terceiro modelo” de gestão dos serviços de saúde na Grécia, depois dos setores público e privado. Tem como objetivos principais: a racionalização da utilização das infra-estruturas existentes, a fim de prestar cuidados e serviços de assistência social, a criação de novas estruturas para melhor atender os seus segurados, o estabelecimento de uma política comum, a aquisição conjunta de serviços de cuidados de saúde juntamente com os setores público e privado e o desenvolvimento das relações de

solidariedade entre os seus membros.

A EDOEAP, Fundo de Saúde Mútuo dos Jornalistas e Funcionários Administrativos da Comunicação Social, tornou-se membro da O.A.T.Y.E em 1999. Desde então, tem feito parte do seu Conselho de Administração. Como organização da imprensa unida, com gestão autónoma, a EDOEAP representa um modelo de Fundo para o Sistema de Seguros Grego em várias áreas da vida quotidiana, oferecendo cuidados médicos primários aos seus pacientes, em ambulatório, em Atenas e Salónica e hospitalização em todos os hospitais públicos, bem como em clínicas privadas filiadas.

Os membros da direção da Organização, adquirido o direito à reforma através do fundo de seguro primário ETAP-MME (TSPEATH), recebem uma pensão complementar, que compensa a perda gerada entre o salário de um membro como empregado e o valor imputável à respetiva pensão, bem como uma ajuda financeira calculada com base nos anos de trabalho para a Organização. Atualmente o número de segurados do E.D.O.E.A.P. é de 17.270.

“A crescente crise e recessão económica após 2009, afetou duramente o nosso país e causou perdas dolorosas ao nosso povo. Na verdade, esta estratégia europeia de desenvolvimento desigual en-

tre o norte e o sul criou, nos últimos 20 anos, na Grécia - tal como em Portugal - um défice e um desequilíbrio na balança comercial. Tentou-se que a dívida pública, no nosso país, se tornasse viável através dum processo de envolvimento do setor privado, resultando, entre outros, num duro golpe para as reservas dos nossos Fundos de Saúde.

No âmbito da União Europeia, a seleção de um modelo de desenvolvimento desigual, principalmente, nos Estados-Membros do sul e a imposição de políticas de falência controlada nos países do Sul por organizações internacionais (União Europeia, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional) causaram uma austeridade sem precedentes, desemprego e corrupção na produção. Ao mesmo tempo, causaram um fosso cada vez maior no PIB, na taxa de crescimento, bem como uma discrepância significativa das remunerações entre o sul e o norte da Europa.

Gostaria de focar, sobretudo, a questão do desemprego, pois infelizmente, a Grécia está em primeiro lugar, no que respeita ao desemprego (o dos jovens em toda a zona euro, é de 27,8%, em dezembro de 2013, segundo o Eurostat).

Sobretudo no setor de Comunicação Social, a taxa de desemprego bateu todos os recordes. Além do mais, as hipóteses de reinserção no mercado de trabalho são praticamente nulas. Outro ponto a ser particularmente destacado é a mudança radical do mapa bancá-

rio na Grécia devido às fusões e aquisições de bancos. Neste campo, quatro grupos bancários permanecem agora em pleno funcionamento, absorvendo 11 bancos de pequena e grande dimensão, afetando, consequentemente, entre outros, a taxa de emprego.

Paralelamente, os pacientes gregos tornaram-se vítimas das severas medidas de austeridade, tais como o significativo declínio do desempenho do sistema de saúde em comparação com os anos anteriores, ao mesmo tempo que se está a tentar uma reestruturação total do Sistema Nacional de Saúde.

O objetivo da EDOEAP e de todos os fundos de saúde mútuos, membros da Federação Grega, tem sido estabelecer um relacionamento humano e fortalecer as relações com a população segurada, apesar das circunstâncias difíceis. A viabilidade dos Fundos de Saúde O.A.T.Y.E. é o principal objetivo e preocupação da atual gestão, ao mesmo tempo que estão a ser intensificados, procedimentos para combater os fenómenos de fraude, corrupção e comercialização de saúde.

Na E.D.O.E.A.P., o rigoroso acompanhamento do orçamento e o controlo das despesas são pontos-chave da estratégia de desenvolvimento, a fim de superar a crise com o mínimo de perdas possíveis. O Conselho de Administração da E.D.O.E.A.P. redefiniu as condições para a atribuição dos benefícios concedidos, tendo em conta as disposições do novo Regulamento Interno da Saúde,

com uma abordagem sensível aos grupos vulneráveis de segurados, preservando os critérios socioeconómicos.

Todas as medidas restritivas e cortes são, sem dúvida, dolorosos. Mas, nas atuais condições de crise económica e social, a principal prioridade é garantir a viabilidade da instituição, para possibilitar a continuidade dos benefícios oferecidos aos segurados e a sustentabilidade dos serviços de saúde de alto nível. De acordo com o orçamento de 2014, está previsto reduzir o défice de E.D.O.E.A.P., para 7 milhões de euros, em comparação com os 22,5 milhões de euros, em 2013.

Queremos transmitir uma mensagem de esperança e de apoio ao Presidente Luís Alberto Silva, ao Conselho de Administração e aos membros da União das Mutualidades Portuguesas, com a promessa de mantermos a fé, como verdadeiros mutualistas, nos valores comuns de Solidariedade e Mutualismo que nos governam, e lutarmos por um futuro melhor. A situação atual exige, hoje mais do que nunca, medidas excecionais para desenhar e moldar o ambiente e as condições necessárias, a fim de fortalecer o nosso futuro e o futuro dos nossos filhos". ■

O. A. T. Y. E. 

The Greek Mutal Health Funds and Their Role in the Current Circumstance of Crisis



O.A.T.Y.E. is the first conjunction of Health Funds and the first Federation of Mutual Health Funds in Greece. It is a non-profit organization, Private Law Entity. Its member-Funds, E.D.O.E.A.P. (United Press Organization of Supplementary Insurance and Medicare), T.Y.P.E.T. (Mutual Health Fund of the National Bank of Greece Personnel), A.T.P.S.Y.T.E. (Mutual Health Fund of the Bank of Greece Personnel) and T.Y.P.A.T.E. (Mutual Health Fund of the Agricultural Bank of Greece Personnel), are numbering about 100.000 insured members.

The four member-Funds function according to the model of Mutualism, providing their members with healthcare services, full medical and hospital care, while not receiving any social resources from the State; non-profit and self-governed, they are lying on the principles of Mutualism and Solidarity. Their Management is directly elected by their members and the candidates are the insured members of the Funds.

Each and every decision is taken in a democratic and transparent way, while annual Administrative and Financial Reports are compiled and submitted to the General Assembly of the policyholders. O.A.T.Y.E., established through the dynamics of the international and European relations developed by its member-Funds, has been an active member of the Association Internationale de la Mutualite (AIM) for over 15 years now, while it has been elected in the position of its Vice-Presidency for three consecutive terms.

O.A.T.Y.E. represents the 'Third Model' of healthcare services' management in Greece, after the Public and Private Sectors. It mainly aims at: rationalizing the use of the existing infrastructure in order to provide care and welfare services, the creation of new structures to best serve its policyholders, establishing a joint policy, purchasing joint healthcare services procurement with public and private sectors and the development of Solidarity relations between the policyholders of its member-Funds.

E.D.O.E.A.P., the mutual health Fund of Journalists and administrative employees in the Mass Media, joined O.A.T.Y.E. in 1999, and has since, been officially participating in its Board of Directors. As a United, Self-Governed, Press Organization, E.D.O.E.A.P. represents a model Fund for the Greek

Insurance System in several fields of everyday life, offering primary medical care in own-outpatients in Athens and Salonika and hospitalization in all Public Hospitals, as well as affiliated Private Clinics.

The direct members of the Organization, upon completion of their retirement from the primary insurance fund ETAP- MME (TSPEATH), receive a supplementary pension, which compensates the loss generated between the earnings of a member as employee and the attributable amount of the pension, as well as a recurring financial aid, calculated always based on the actual working years in the Organization. The number of the E.D.O.E.A.P. insured members today stands at 17.270.

"The intensifying economic crisis and recession, after 2009, has affected our country and caused our people painful losses. In fact, this European strategy of unequal development between North – South has created, the past 20 years in Greece – like Portugal-, a deficit and trade deficit. The public debt in our country was attempted to become viable through the process of PSI, resulting, among others, in a critical blow to the reserves of our Health Funds.

The selection of an uneven development model, mainly within the European Union, in the member-states of the South and the imposition of the policies of controlled bankruptcy in the countries of the South by the international organizations (EU, European Central Bank, International Monetary Fund) have caused unprecedented austerity, unemployment and corruption of production. At the same time, they have caused a widening gap in the GDP, in the growth rate, as well as a significant discrepancy of the remunerations between South and North of Europe.

I would like to particularly focus on the issue of unemployment, as Greece unfortunately holds the primacy in unemployment and youth unemployment across the eurozone, according to Eurostat, at a rate of 27,8% in December 2013.

Especially in the sector of Mass Media, the unemployment rate has broken all records. Furthermore, the chances for reintegration into the labor market have almost vanished. Another point to be particularly emphasized is the radical change in the banking map in Greece, with bank mergers and acquisitions. In this field, four banking groups remain now in full operation, absorbing 11 in total major and minor banks, consequently affecting, among others, the working map.

Moreover, the Greek patients seem to have become victims of the harsh austerity measures, as the performance of the health

system has significantly declined compared to the previous years, while a total restructuring of the National Health System is being attempted.

The aim of E.D.O.E.A.P., but also the aim of all Mutual Health Funds of the Greek Federation over time, has been to project their human face and improve the maximum of consistency of their relationship with the insured population, despite the respective difficult circumstances. The viability of the O.A.T.Y.E. Health Funds is the main objective and concern of its current Management. At the same time, procedures for combating the phenomena of fraud, corruption and commercialization of health are being intensified.

In E.D.O.E.A.P., close monitoring of the budget and expenditure control are key-points of the strategy developed, in order to overcome the crisis with the minimum possible losses. The Board of Directors of E.D.O.E.A.P. has redefined the conditions for the allowances granted, taking into account the provisions of the new Health Internal Rules, along with approaching the vulnerable groups of policyholders with sensitivity and preserving the durable socio-economical criteria. Any restrictive measures and cuts are undoubtedly painful. But in today's conditions of economic and social crisis, the main priority is to secure its viability, to ensure the future continuation of the provisions offered to the policyholders and the sustainability of the high-level healthcare services. The deficit of E.D.O.E.A.P.,

according to the 2014 Budget, is expected to be reduced to 7 mill. euros, compared to 22.5 mill. euros in 2013.

We wish to convey a message of hope and support to the President Luís Alberto Silva, the Management and the members of União das Mutualidades Portuguesas, pledging that, as genuine mutualists keeping faith in the common values of Solidarity and Mutualism that govern us, we will strive for a better 'tomorrow'. The current situation is demanding, today more than ever, to draw and shape the environment and the necessary conditions, in order to fortify our future and the future of our children". ■

*Versão Original

O Papel e a Importância da Mutualidade Italiana FIMIV



Placido Putzolu, Presidente da Federação Mutualista Italiana (FIMIV)

Em Itália, as mutualidades (Società Di Mutuo Soccorso) surgiram pela primeira vez no século XIX. Nesta época, a proteção social em Itália estava muito fragmentada. O Estado Previdência prestava alguns serviços, assim como a Igreja Católica, as Câmaras Municipais e as entidades patronais, que ofereciam esquemas de proteção social. No século XX, os fundos de seguros de saúde mútuos desenvolveram-se bastante, transformando-se em grandes instituições, detendo equipamentos próprios e reembolsando as despesas de saúde aos pacientes.

Hoje, as mutualidades operam nas áreas da saúde, social e cultural, beneficiando os seus membros com base nos princípios mutualistas:

- Adesão livre e voluntária;
- Não seleção dos seus membros;
- Realização de atividades exclusivamente para e entre membros;
- Participação dos membros nas decisões, através da assembleia geral;
- Consolidação da solidariedade, indo ao encontro das alterações sociais e necessidades de saúde;
- Alternativa ao Estado e ao setor privado.

As associações mutualistas estão, em termos de legislação e supervisão, estreitamente relacionadas com as cooperativas e, portanto, estão sob a responsabilidade (ou tuteladas pelo) do Ministério da Economia e Finanças.

A FIMIV – Federação das Mutualidades Italianas – fundada em 1900, é a única associação nacional italiana de mutualidades, de natureza complementar e voluntária. Representa as associações mutualistas que - assentes nos princípios de participação democrática e solidariedade - realizam serviços sociais de saúde, inclusão social e atividades culturais e educativas, indo ao encontro das necessidades locais.

Em Itália, existem cerca de 1500 associações mutualistas, das quais 300 prestam serviços de cuidados de saúde e assistência social complementares.

A FIMIV representa, atualmente, 300 mutualidades que prestam serviços e assistência a 1 milhão de pessoas. As mutualidades da FIMIV prosseguem, maioritariamente, atividades de saúde e assistência social, indo ao encontro das necessidades dos membros e respetivas famílias no caso de doença, acidentes ou factos imprevistos que afetem a vida do membro ou a sua capacidade para o trabalho, garantindo o reembolso de várias despesas: hospitalização em Itália e no estrangeiro, análises e exames de diagnóstico e terapêutica, consultas de especialidades, encargos com prescrições medicamentosas do Estado e assistência na doença.

A recente organização do Sistema de Saúde Italiano devolveu a importância do papel subsidiário das mutualidades dentro do sistema social italiano que se depara com uma diminuição global dos recursos económicos disponíveis e com o aumento dos custos no setor da saúde do Estado.

Seguro de Saúde Complementar

A cobertura do SNS é geralmente de alta qualidade e gratuita para todos os cidadãos italianos. No entanto, existem grandes disparidades regionais e é uma questão recorrente o enorme tempo de espera nos serviços de saúde. Os italianos têm a possibilidade de aderir ao seguro de saúde complementar para evitar listas de espera e para cobrir as despesas não comparticipadas.

Atualmente, menos de 20 por cento da população italiana está coberta pelo seguro de saúde complementar. O mercado de seguros de saúde complementar é dividido em dois grupos:

- Seguro corporativo (empresas oferecem cobertura aos seus empregados, incluindo, na maioria das vezes, as suas famílias num regime de seguro coletivo), fornecido por organizações com fins lucrativos, empresas e grupos profissionais (Casse di categoria)

- Seguro não-corporativo (indivíduos compram o seguro para si e para a sua família). Este último pode ser fornecido por empresas com fins lucrativos e organizações sem fins lucrativos (fundos complementares, fundos de saúde e benefício mútuo - Società di Mutuo Soccorso).

Geralmente, as apólices de seguro individuais vendidas pelas seguradoras com fins lucrativos são mais caras que as praticadas por associações mutualistas. Os membros das associações mutualistas tendem a ter menos

rendimentos que o segurado das seguradoras comerciais. O seguro corporativo, ou os designados “fundos de seguro de saúde complementares”, só podem ser geridos por empresas com fins lucrativos. Os fundos são comparicipados pela entidade patronal e têm alguns benefícios fiscais.

Para reforçar a adesão dos membros da FIMIV, as principais mutualidades de saúde uniram-se e formaram o Consorzio Mu.Sa que opera na prestação de assistência social e saúde, indo ao encontro das necessidades dos seus membros e respetivas famílias no caso de doença, acidentes ou factos imprevistos que afetem a vida do membro ou a sua capacidade para o trabalho, garantindo o reembolso de várias despesas: hospitalização em Itália e no estrangeiro, análises e exames de diagnóstico e terapêutica, consultas de especialidades, encargos com prescrições medicamentosas do Estado e assistência na doença.

A crise e a recessão na Europa causaram e continuam a causar enormes problemas aos sistemas de proteção social nos Estados-Membros. É necessário estruturar e fortalecer as mutualidades europeias através da criação de parcerias económicas, preservando os nossos valores comuns.

A FIMIV acredita que a prossecução de um sistema de parcerias e alianças na Europa será um suporte natural para o projeto de fortalecimento e desenvolvimento da mutualidade voluntária em Itália.

Por esta razão, em 2010, a parceria entre a associação mutualista Cesare Pozzo e o grupo mutualista francês Harmonie Mutuelle, com o apoio prestado pelas duas Organizações Nacionais - Federazione Nazionale de la Mutualité e a Fimiv - criaram o “Fondo Salute”, uma sociedade cooperativa europeia, sediada em Itália, que fornece e gere fundos complementares com vista a garantir a assistência à saúde dos trabalhadores e respetivas famílias.

A forma de Cooperativa Europeia foi a única solução encontrada para compatibilizar o fim não lucrativo típico das associações mutualistas. Embora as cooperativas e as mutualidades não sejam completamente compatíveis, uma vez que o sistema mutualista é distinto do sistema cooperativo, assentam em princípios básicos comuns.

Portanto, se for criado o Estatuto da Eutualidade Europeia, este será um passo importante no reconhecimento do modelo mutualista e um incentivo para os Estados-Membros, que ainda não dispõem de legislação específica para as mutualidades, completarem e harmonizarem os seus sistemas legislativos. ■

*Versão traduzida pela UMP

Role and Importance of Italian Mutuality and FIMIV

In Italy, mutual benefit societies (società di mutuo soccorso) were first set up in the 19th century. In that period, social protection was very fragmented in Italy. The national welfare state provided some services, as well as the Catholic Church, municipalities and employers offering social protection schemes. In the 20th century the mutual health insurance funds further developed into large institutions, with their own facilities and reimbursement of patients' healthcare costs.

Today, mutual benefit societies operate in the areas of health, social and cultural activities benefiting their members, based on the principles of mutuality:

- Membership is free and voluntary;
- Mutuals cannot select their members;
- Mutual benefit societies carry out their activities exclusively for and among members;
- The members participate in the mutual's decisions through the assemblies;
- Solidarity is consolidated in meeting changing social and health needs;
- Mutuality is an alternative to state and private sectors.

The mutual benefit societies are, in terms of legislation and supervision, closely related to the cooperatives and, hence, they fall under the responsibility of (or are controlled by) the Ministry of Economy and Finance.

Fimiv – Italian Mutuality Federation - is the only Italian national association of complementary voluntary mutuality, founded in 1900. It represents the mutual benefit societies that - based on the principles of mutuality, democratic participation and solidarity - carry out social healthcare, social inclusion, educational and cultural activities, responding to local needs.

In Italy, there are about 1,500 mutual benefit societies, around 300 of these provide health and assistance services in the field of complementary health and social care.

Fimiv today represents 300 mutual benefit societies, providing assistance and services to around 1 million people. Fimiv mutual societies are mainly engaged in health and social assistance activities, meeting the needs of members and their families in case of illness, accidents or unforeseen events affecting the member's life and/or ability to work, reimbursing for a wide range of expenses: hospitalization in Italy and abroad, analysis and diagnostic tests, specialist visits, state prescription charges, assistance in case of illness.

The recent reorganization of the Italian healthcare system has re-

launched the importance of the subsidiary role of the mutual benefit societies within the Italian welfare system, that is seeing an overall decrease in the economic resources available, as well as rising costs in the state health sector.

Complementary health insurance
The coverage of the SSN is generally high-quality and free for all Italian citizens. However, there are major regional differences and a recurrent issue is the waiting time for healthcare services. Italians have the possibility to adhere to complementary health insurance to avoid waiting lists and to cover out-of-pocket costs. Currently, less than 20 per cent of the Italian population is covered by complementary health insurance. The complementary health insurance market is divided in two groups:

- Corporate insurance (companies offer coverage to their employees and often also to their families with a collective insurance scheme), supplied by for-profit organisations, companies and professional groups (Casse di Categoria) and
- zNon-corporate insurance (individuals buy insurance for themselves and for their family). The latter can be supplied by for-profit companies and not-for-profit mutual organisations (integrative funds, health funds and mutual benefit - società di mutuo soccorso).

In general, premiums of individual policies sold by for-profit insurers are higher than those provided by mutual associations and members of mutual associations tend to have lower incomes than policyholders related to commercial insurers. The corporate insurance, or the so-called 'supplementary health insurance funds', can only be managed by for-profit companies. The funds are based on employer contributions and include some tax benefits.

To strengthen the Fimiv membership, the most important health-care mutuals united to form the Consorzio Mu.Sa, which is active in providing social assistance and health activities; meeting the social/health needs of members and their families involving illness, accidents or unforeseen incidents that affect the members life or ability to work, reimbursing a wide range of expenses, hospitalization in Italy and abroad, analyses and diagnostic tests, specialist visits, state prescription charges, assistance in the case of illness.

The crisis and the recession in Europe have caused and continue to cause huge problems to the social protection systems of the European countries. It's necessary to structure and strengthen the European mutuality through the creation of economic partnerships, while preserving our mutual values.

Fimiv considers the pursuit of a system of partnership and alliances in Europe as a natural support to the project aimed at strengthening and developing the Italian voluntary mutuality.

For this reason, in 2010, the partnership between the Italian mutual society Cesare Pozzo and the French mutual group Harmonie Mutuelle, with the assistance provided by the two national organizations – the Federation Nationale de la Mutualité Française and Fimiv – led to the creation of "Fondo Salute", a European Co-operative Society based in Italy that provides and manages complementary health funds in order to guarantee health assistance to workers and their families.

When adopted, the European co-operative form was the only solution compatible with the "no-profit" philosophy of the mutual societies. But it does not properly fit with the mutual benefit societies, since the mutual system is different from the cooperative system, even though they are linked by some basic principles.

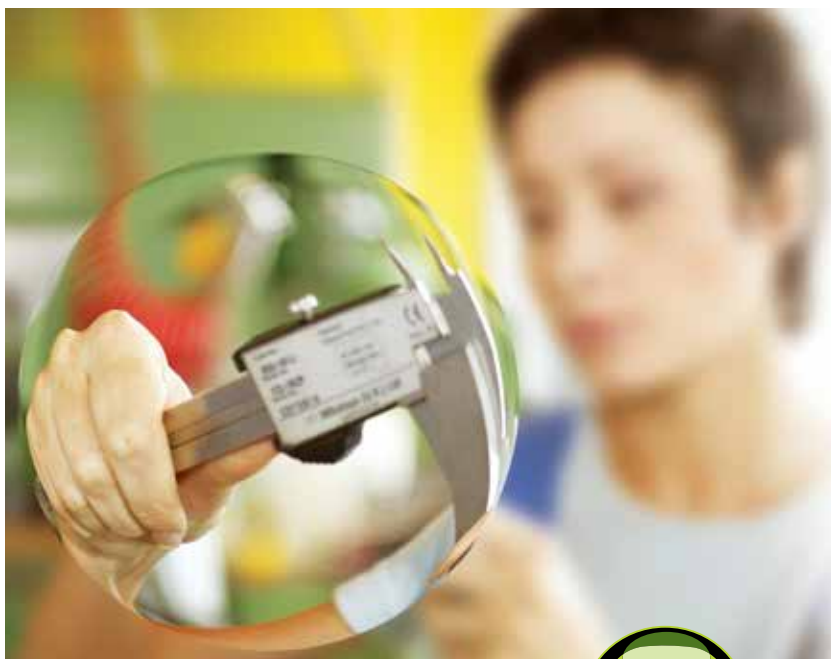
Therefore, by introducing a statute for the European mutual, it would be an important recognition of the mutual model and it would encourage those member states without a specific legislation on mutual societies, to complete and harmonize their own legislative systems. ■



Formação-Ação

A União das Mutualidades Portuguesas consciente da importância que o papel das Entidades da Economia Social – e das Associações Mutualistas em particular – assumem no contexto atual ao desenvolverem respostas para enfrentar os desafios com que o país se confronta, iniciou em setembro de 2013 um Programa de Formação-Ação aprovado no âmbito do POPH (tipologia 3.1.2), que visa capacitar e melhorar as Instituições, dotando-as de ferramentas, metodologias e instrumentos de gestão capazes de agilizar a sua atividade, reduzindo o esforço e desgaste, e tornando-as financeiramente sustentáveis, aumentando os níveis de qualidade, eficácia e eficiência dos serviços prestados por estas Entidades.

O projeto abrange 37 instituições, ou seja, 70% das Associações Mutualistas, distribuídas pelas regiões Norte, Centro e Alentejo, envolvendo uma componente consultiva e uma componente formativa junto de dirigentes, técnicos, trabalhadores e colaboradores das Instituições, totalizando-se, até à data, mais de 4.000 horas de intervenções. ■



POPH
PROGRAMA OPERACIONAL **POTENCIAL HUMANO**

Ação cofinanciada pelo FSE
através do POPH

**QUALIFICAR
É CRESCER.**

www.poph.qren.pt

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
UNião Europeia
Fundo Social Europeu

IV Feira de Emprego Educação e Solidariedade



Tal como em anos anteriores a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança participou, na IV Feira de Emprego Educação e Solidariedade, que decorreu nos dias 8 e 9 de maio de 2014.

Este evento mobilizou entidades e instituições para o combate à pobreza e exclusão social e teve como objetivo aumentar a visibilidade das instituições perante a comunidade brigantina, a par da evidente articulação e parceria entre entidades sociais, educativas e o tecido empresarial local.

Reconheceu-se, mais uma vez, que a envolvimento entre entidades é de facto muito importante não só para o



reconhecimento dos trabalhos realizados pelos utentes e para a divulgação dos serviços prestados pelas instituições da área social, bem como, no que respeita às oportunidades de emprego e formação, quer na comunidade educativa, quer na comunidade empresarial.

No dia 16 de maio 2014, realizou-se uma pequena palestra sobre a “Hipertensão” com o intuito de elucidar os utentes e associados para os riscos da hipertensão, e igualmente incentivá-los a introduzir hábitos de vida saudáveis. Após a palestra, foi feita a medição da pressão arterial a todos os participantes. ■



Liga das Associações de Vila Nova de Gaia promove Conferências de Saúde

A Liga das Associações de Vila Nova de Gaia tem vindo a promover conferências de saúde cujos oradores são os médicos que fazem parte do corpo clínico da Clínica da Liga.

As conferências da Liga são organizadas pela Clínica e Farmácia, sendo destinadas aos associados das suas societárias e ao público em geral.

Porém no passado dia 5 de junho, a Clínica da Liga realizou também uma conferência intitulada “Hipertensão Resistente”, destinada a Médicos de Família. ■



Mutuália e MGEN assinam Protocolo

A Federação Mutualista Mutuália e a MGEN, mútua de saúde francesa representada em Portugal pela Europamut, assinaram um protocolo de acesso a seguros de saúde.

O plano de saúde inclui especialidades, situações de hospitalização e prestação de cuidados paliativos.

“Uma solução alternativa e baseada nos princípios da mutualidade, criada para faixas da população menos protegidas possam aceder, em condições vantajosas, a um seguro de saúde com características únicas em Portugal”. Foi assim que Albano Loureiro, presidente da Mutuália, Vasco Mendes, administrador da Europamut, e José Almeida, da União das Mutualidades Portuguesas, apresentaram, no Porto, o seguro de saúde previsto no protocolo.

Para o administrador da Europamut, o mutualismo é a melhor forma de complementar os benefícios disponibilizados pelo Estado Social. ■



Jornadas Mutualistas Regionais'14



As Jornadas Mutualistas Regionais, promovidas pela União das Mutualidades Portuguesas, têm vindo a percorrer o país de norte a sul e Regiões Autónomas, ao longo deste ano, contando com uma participação muito ativa e assídua das Associações Mutualistas.

Salienta-se o envolvimento dos dirigentes associativos mutualistas, mais concretamente os presidentes das associações, que têm contribuído significativamente para que esta iniciativa seja conduzida e concretizada de uma forma que dignifica o movimento mutualista português, constituindo um momento de grande união em torno da causa maior que é o mutualismo e os seus valores.

Os Encontros realizados têm constituído um importante espaço de diálogo entre as participantes e a União das Mutualidades Portuguesas, trocando-se experiências de acordo com as realidades regionais e locais de cada uma discutindo-se as preocupações e problemas assinalados como principais constrangimentos para o desenvolvimento, de cada instituição, assim como as perspetivas para a realização de projetos que as instituições ambicionam.

Para os II Encontros das Jornadas Mutualistas a equipa técnica especializada da UMP foi reforçada,

cumprindo-se o objetivo desta iniciativa, nomeadamente ir ao encontro das soluções e da resolução dos problemas inerentes ao desempenho e funcionamento de cada instituição, num debate conjunto entre os dirigentes e os técnicos das associações.

Nestas Jornadas, a UMP tem procurado, ainda, divulgar as atividades, modalidades e valências que as mutualidades podem desenvolver, dando também a conhecer os protocolos e parcerias celebrados entre a UMP e outras entidades. Com esta iniciativa, a UMP objetiva apoiar e envolver as Associações num projeto comum, no sentido de reforçar, divulgar e desenvolver o Movimento Mutualista Nacional. ■



Programa

2º Encontro das Jornadas Mutualistas Regionais

- 9h00** – Receção dos participantes
- 9h30** – Nota de boas-vindas e início dos trabalhos
- 10h30** – Coffee-Break
- 10h45** – O Mutualismo em debate:
Análise e reflexão sobre o contexto económico e social atual e futuro do Movimento Mutualista e suas Associações.

Inovação Social, Empreendedorismo e Capacitação:
Novas Modalidades Associativas,
Plataforma Mutualista e Capacitação Institucional

- 12h30/13h30** – Almoço
- 13h30** – O Mutualismo em debate: Continuação dos Trabalhos
- 15h30** – Conclusões
- 16h00** – Encerramento com a presença do
Presidente do Conselho de Administração da UMP
Luís Alberto Silva



Dia Nacional do Mutualismo 2014

O Dia Nacional do Mutualismo, que se celebra a 25 de outubro será comemorado, este ano, no dia 24 de outubro, em Lisboa.

Neste dia, à semelhança do que tem sido realizado nos anos anteriores, serão atribuídos os Prémios “Inovar para Melhorar” e “Mutualismo e Solidariedade”. O Dia do Mutualismo é uma data de grande significado para o Movimento Mutualista Português, porque celebra a organização democrática da sociedade e reconhece a constituição e conjugação de esforços das Associações Mutualistas que criaram a Federação Nacional das Associações em 1975, que veio dar lugar, em 1984 à atual União das Mutualidades Portuguesas (UMP).

O Movimento Mutualista beneficia, em todo o país, cerca de 1 milhão de associados e mais de 2 milhões e meio de beneficiários, organizados num conjunto de associações de âmbito local e nacional, que têm um papel histórico fundamental na proteção social, sobretudo nas áreas da segurança social e da saúde.



Prémio «Inovar para Melhorar»

A União das Mutualidades Portuguesas instituiu, em 2010, o Prémio “Inovar para Melhorar”, com o objetivo de galardoar projetos implementados por Associações Mutualistas, que sejam modelos de inovação e constituam uma “boa prática” do movimento mutualista, isto é, projetos que sejam um modelo de inovação e modernidade que possa ser seguido pelas demais Associações Mutualistas, contribuindo para o desenvolvimento do Movimento Mutualista e da Economia Social Solidária.

Assim, ao abrigo do disposto no art.º 5º do Regulamento do Prémio “Inovar para Melhorar”, o Conselho de Administração deliberou que o prazo para a apresentação das candidaturas decorrerá no período compreendido entre 1 de junho a 31 de julho de 2014. Mais se informa que para poder aceder ao formulário de candidatura ao prémio, deverá efetuar o pré-registo, sendo, posteriormente, validado o acesso à sua conta pela UMP.

Candidate-se ao Prémio «Inovar para Melhorar»

<http://inovarparamelhorar.mutualismo.pt>



Programa para a Inclusão e Vida Saudável - PIVS

O Programa para a Inclusão e Vida Saudável (PIVS), financiado pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), é um projeto de âmbito nacional, com gestão regional, que defende uma abordagem de convergência multidisciplinar e inter setorial de promoção da cidadania plena.

O referido projeto é centrado na promoção de recursos e competências essenciais para a inclusão e a cidadania e assegura a aquisição de competências éticas necessárias para se efetuarem escolhas pessoais que promovam o bem-estar, a vida saudável e a cidadania ativa.

Desenvolvido em parceria com o Instituto Luso-Ilírio para o Desenvolvimento Humano (iLIDH), a Associação

Mundo a Sorrir (MAS), a Associação Protetora dos Diabéticos Portugueses (APDP), a União das Mutualidades Portuguesas, a União das Misericórdias Portuguesas e o Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED), o projeto integra atividades de natureza multidisciplinar que capacitam beneficiários e agentes sociais para a promoção de estilos de vida saudáveis pela interpretação da ética no desporto, pela promoção de hábitos de nutrição equilibrada e pela promoção de hábitos de higiene oral.

As ações de sensibilização têm a duração de 1 hora e são destinadas a crianças e jovens, educadores (professores, pais, encarregados de educação), treinadores desportivos e dirigentes.■



ESJOVEM



O que é?

É um projeto que nasceu da necessidade de dar a conhecer o setor da Economia Social aos jovens.

A diversidade, a versatilidade, o dinamismo e a irreverência fazem parte do ADN deste setor, porque não se conforma com as contrariedades, procura colmatá-las, sempre na perspetiva de tornar este mundo melhor.

A Economia Social procura dar respostas a um conjunto diferenciado de necessidades, sob diferentes formas ou lógicas de atuação.

É um setor capaz de se adaptar e reinventar, criando soluções para, de uma forma eficiente, dar resposta aos problemas sociais, antecipando e atuando de forma pró-ativa, traduzindo o exercício de cidadania e intervindo na mudança.

Este projeto procura divulgar a relevância, o dinamismo e o impacto da Economia Social, como um setor de oportunidades para a criação de emprego.

O que nos move?

Promover a Economia Social e sensibilizar para os seus valores;

Demonstrar a importância da Economia Social na criação de emprego;

Promover a inovação social, contribuindo para a criação de novas respostas;

Incentivar o conhecimento e a disseminação de boas práticas. ■

BOLSAS ES JOVEM/OPTIMUS ALIVE

As Bolsas ES JOVEM/OPTIMUS ALIVE resultam de uma iniciativa conjunta da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e da Everything Is New, com o intuito de premiar e valorizar jovens em fase de criação de projetos na área da Economia Social.

Com o tema “vem ver o que a economia social e a música juntas podem fazer por ti”, a iniciativa destina-se a jovens entre os 18 e os 35 anos, que têm de formar uma organização de economia social, uma cooperativa, uma associação ou uma mutualidade, “o

que melhor servir os seus propósitos”, e apresentar as candidaturas entre 1 e 30 de junho. Os três projetos selecionados, para receber a bolsa de cinco mil euros cada, serão anunciados no decorrer do festival Optimus Alive.

Para saber mais sobre as Bolsas ES JOVEM/OPTIMUS ALIVE, pode consultar o regulamento [aqui](#).

Todas as informações estão atualizadas na página Facebook. ■



Maio

Reunião da Comissão Permanente do Setor Social

Realizou-se, no passado dia 13 de maio, a reunião da Comissão Permanente do Setor Social, na qual foi submetida, a apreciação, a Proposta de Portaria de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, entre outros assuntos. *Saiba mais no Info 47* ■

UMP reúne com a CCDD Norte

O Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, reuniu com Carlos Neves, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDD-N), no passado dia 12 de maio, no Porto.

A agenda da reunião centrou-se no quadro de “Programação Portugal 2020”, assente em quatro eixos temáticos essenciais, nomeadamente, a competitividade e internacionalização, o capital humano, a inclusão social e emprego e a sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos. *Saiba mais no Info 47* ■

Conferência “Portugal – Rotas de Abril: Democracia, Compromisso e Desenvolvimento”

A Conferência “Portugal – Rotas de Abril: Democracia, Compromisso e Desenvolvimento”, organizada pela Presidência da República Portuguesa, decorreu nos dias 9 e 10 de maio, na Fundação Champalimaud, em Lisboa.

A Conferência contou com a participação de oradores nacionais e estrangeiros e teve como temas centrais de debate o Espírito da Democracia, a Cultura de Compromisso e os Desafios do Desenvolvimento. *Saiba mais no Info 47* ■

Comemoração do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP

A CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) assinalou o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura, com uma sessão solene que decorreu no passado dia 5 de maio, na Sede da CPLP, em Lisboa.

A União das Mutualidades Portuguesas esteve representada, nesta iniciativa, pelo seu Presidente, Luís Alberto Silva, sendo a sessão presidida pelo Secretário Executivo Murade Murargy, seguida de uma palestra subordinada ao tema “Língua Portuguesa, Cultura e Desenvolvimento na Agenda pós-2015”. *Saiba mais no Info 47* ■

Tomada de Posse dos novos Órgãos Associativos da Associação Oliveirense de Socorros Mútuos

No passado dia 9 de maio, tomou posse a nova direção da Associação Oliveirense de Socorros Mútuos, na sede da Instituição.

A União das Mutualidades Portuguesas foi convidada a estar presente no ato de tomada de posse da direção, agora presidida por Daniel Sousa. *Saiba mais no Info 47* ■

A.S.M Nossa Senhora da Esperança de Sandim inaugura Clínica e Farmácia Social

A Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim e Freguesias Circunvizinhas comemorou o seu 111.º aniversário, no passado dia 3 e 4 de maio, na sede da Associação, em Sandim, Vila Nova de Gaia. No âmbito da comemoração do aniversário da instituição centenária, decorreu a inauguração oficial da clínica e farmácia social que representa um investimento na proteção social e na qualidade das respostas na área da

saúde, prestadas à população. *Saiba mais no Info 47* ■

Lançamento do ES Jovem

A sessão de lançamento do projeto ES Jovem decorreu no dia 16 de maio, no Teatro Helena Sá e Costa, no Porto.

O projeto ES Jovem pretende divulgar e dinamizar a Economia Social como um setor de oportunidades, junto da comunidade, sobretudo dos jovens portugueses. *Saiba mais no Info 47* ■

Abril

UMP participa no V Fórum Intercontinental do Mutualismo

Nos dias 23 e 25 de abril, a União das Mutualidades Portuguesas, na pessoa do Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, participou, em Buenos Aires, no V Fórum Intercontinental do Mutualismo - "El Desarrollo Humano: un objetivo prioritário del mutualismo y otras organizaciones de la economía social y solidaria", promovido pela Organização de Entidades Mutualistas das Américas (ODEMA). *Saiba mais no Info 45 e 46* ■

UMP participa no Focus Grupo para a "Avaliação Ex-Ante do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego 2014-2020"

O CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda. e a Augusto Mateus & Associados, Lda. estão a elaborar o estudo de "Avaliação Ex-Ante do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego 2014-2020". Este estudo tem como objetivo avaliar o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), um dos três programas operacionais temáticos para Portugal para o período de programação 2014-2020, o qual pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, num quadro de promoção do emprego e de combate à exclusão e à pobreza. *Saiba mais no Info 45* ■

Conferência Portugal rumo ao crescimento e emprego

A UMP esteve presente na Conferência "Portugal: Rumo ao crescimento e emprego. Fundos e programas europeus: solidariedade ao serviço da economia portuguesa", organizada pela Comissão Europeia, realizou-se no dia 11 de abril, na Fundação Gulbenkian. *Saiba mais no Info 45* ■

A conferência abordou várias áreas e perspetivas do tema "Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo: Programas Europeus de apoio à Educação, Ciência, Inovação e Indústria" e "Os Fundos Estruturais e de Investimento de 2014 a 2020: Alavanca para o crescimento, a competitividade e o emprego".

Universidade de Aveiro realizou Conferência "Promoção e Difusão da Língua Portuguesa"

No passado dia 11 de abril, na Universidade de Aveiro, a UMP participou numa Conferência subordinada ao tema "Promoção e Difusão da Língua Portuguesa", presidida pelo Reitor da Universidade de Aveiro, Manuel Assunção, por Eugénio Anacoreta Correia, Presidente do Observatório da Língua Portuguesa e coordenador da Comissão Temática, Murade Murargy, Secretário Executivo da CPLP e Faizal Cassam, Representante da Presidência de Moçambique da CPLP. *Saiba mais no Info 45* ■

Março

144.º Aniversário ASMAB

A Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança (ASMAB) celebrou o seu 144.º aniversário, no passado dia 29 de março, na sua Sede, em Bragança.

Na sessão solene, foi prestada homenagem aos ex-presidentes da direção da associação e realizada uma missa e uma romagem ao cemitério.

No âmbito das comemorações, foram entregues os prémios dos torneios, seguindo-se um jantar com a animação cultural do grupo musical "Gerações".

A ASMAB tem desenvolvido um vasto trabalho para o desenvolvimento local e satisfação de necessidades básicas da população, nomeadamente, através das respostas sociais de apoio a crianças, jovens e idosos, assim como pelas refeições servidas diariamente na cantina social, a promoção do emprego e da inclusão social, promovidos pelo gabinete de inserção e os projetos do gabinete de apoio às vítimas.

Na atual conjuntura, a ação socialmente ativa das associações mutualistas é, mais do que nunca, indispensável, assente no compromisso com os seus associados e as suas famílias, com vista a responder às dificuldades, constrangimentos e desafios que se vivenciam.

A União das Mutualidades fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva. ■

Fundo de Reestruturação do Setor Solidário

No dia 25 de março, decorreu, na Sede da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), no Porto, uma reunião entre Luís Alberto Silva, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, o Padre Lino Maia, Presidente da CNIS e Manuel de Lemos, Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, com a finalidade de analisar as candidaturas ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). *Saiba mais no Info 44* ■

Reunião do Conselho Fiscal da CASES

O Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social reuniu, no passado dia 21 de março, a fim de apreciar e emitir um parecer sobre a proposta de Relatório de Gestão e Contas de 2013, para posterior aprovação em Assembleia Geral, assim como analisar a proposta de regulamento do Programa de Apoio Institucional às Organizações, contemplado na rubrica Gestão de Programas de Apoio à Economia Social do Plano de Atividades e Orçamento para 2014. *Saiba mais no Info 44* ■

Presidium da AIM reuniu a 19 de Março

A reunião do Presidium da Associação Internacional das Mutualidades – AIM decorreu em Bruxelas, no dia 19 de março, com vista à apreciação da proposta de adesão como membro associado da Organização Nacional para Prestação de Serviços dos Cuidados de Saúde – EOPYY, da Grécia, assim como da nova proposta de adesão como membro correspondente da BKK-BKK Dachverband e.V. da Alemanha e da Mutualité des Fonctionnaires et Agents Assimilés du Maroc – OMFA, de Marrocos. *Saiba mais no Info 43* ■





Governo e Setor Social assinam adenda ao Protocolo de Cooperação para 2014

O Governo, em conjunto com os representantes da União das Mutualidades Portuguesas, da União das Misericórdias Portuguesas e da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade assinaram, no passado dia 17 de março, em São Bento (Lisboa), a adenda ao Protocolo de Cooperação, para 2014. [Saiba mais no Info 44](#) ■

Governo pretende alargar rede de transportes a zonas pouco povoadas

Decorreu, no passado dia 11 de março, no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, uma reunião entre o Secretário de Estado da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares e o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro, e os representantes da União das Mutualidades Portuguesas, da União das Misericórdias Portuguesas e da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, tendo sido anunciado que o Governo pretende alargar a rede de transportes nas zonas do interior do país, através da expansão do projeto Porta-a-Porta. [Saiba mais no Info 44](#) ■

União das Mutualidades Portuguesas e Francesa reuniram em Bruxelas

A reunião do Grupo de Pensões da Associação Internacional das Mutualidades (AIM) agendada para o dia 3 de março, em Bruxelas, teve de ser adiada pela AIM, por motivos de agenda dos representantes das mutualidades europeias. No entanto, realizou-se uma reunião presidida pelo perito da UMP, com a representante da Mutualité Française e a secretária do grupo.

Na reunião, foram abordados os assuntos: desenvolvimentos do Fórum Europeu de Pensões da Comissão Europeia, nomeadamente a revisão da diretiva IORP e de Portabilidade, questões referidas no Livro Branco, como a diferença de igualdade de género nas pensões, o código de boas práticas e os serviços de rastreamento sobre pensões adequadas e sustentáveis, a Consulta Pública do Livro Branco e a Conferência Europeia “O futuro das pensões na Europa: Balanço e análise, dois anos após o Livro Branco”, que se realiza no próximo dia 26 de março, em Bruxelas. [Saiba mais no Info 43](#) ■

Fevereiro

UMP nomeada para o Conselho Consultivo da Fundação INATEL

A União das Mutualidades Portuguesas, representada por Luís Alberto Silva, foi nomeada membro do Conselho Consultivo da Fundação INATEL, de acordo com o Despacho n.º 2540/2014 do DR, 2ª Série – nº 33, de 17 de fevereiro de 2014. *Saiba mais no Info 44* ■

UMP no Congresso do PSD

No passado dia 24 de fevereiro, o Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, esteve presente no encerramento do Congresso do Partido Social Democrata (PSD), a convite do Presidente do Conselho Nacional, Pedro Passos Coelho. Este Congresso foi uma oportunidade para reforçar a relação de parceria entre as Entidades da Economia Social e o Governo. *Saiba mais no Info 42* ■

UMP participa na reunião do IPQ

No passado dia 27 de fevereiro, decorreu a reunião plenária da Comissão Técnica 186, no Instituto Português da Qualidade.

O título e o âmbito da Comissão Técnica 186 foram alterados, por unanimidade, para “Respostas Sociais e Cuidados Continuados Integrados” e “Normalização no âmbito das Respostas Sociais e dos Cuidados Continuados Integrados”.

Nesta reunião, foi apresentado o relatório e o plano de atividades para 2014, assim como a análise dos comentários do anteprojeto da norma Subcomissões e o ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos na elaboração dos anteprojetos da norma. *Saiba mais no Info 41* ■

Parceria entre a AIM e a Rede Europeia de Fraude na Saúde

A Associação Internacional das Mutualidades (AIM), no âmbito do Grupo de Trabalho Luta contra a Fraude, foi convidada a reforçar as relações de parceria com uma nova entidade, a Rede Europeia contra a Fraude e Corrupção na Saúde – EHFCN (European Healthcare Fraud Corruption Network) –, uma rede especializada em Fraude na Saúde, composta por 15 membros de 12 países europeus. *Saiba mais no Info 41* ■

Cerimónia de Apresentação das Comissões Intergovernamentais de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Decorreu, no passado dia 5 de fevereiro, a apresentação pública das comissões intergovernamentais que estão a proceder à revisão do sistema de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo e do regime jurídico da adoção, numa cerimónia que teve lugar no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. *Saiba mais no Info 41* ■

XXVIII Reunião de Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Luís Alberto Silva, Presidente da UMP, marcou presença na XXVIII Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que decorreu nos dias 3 e 4 de fevereiro, na Sede da CPLP, em Lisboa, na qualidade de Observador Consultivo. *Saiba mais no Info 41* ■

Janeiro

Reunião da Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional de Implementação da Garantia Jovem

A União das Mutualidades Portuguesas, um dos parceiros estratégicos que integra o Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem (PNI-GJ) reuniu, no passado dia 28 de janeiro, no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, com o objetivo de formalizar a constituição da Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano.

A Plataforma GarantiaJovem.pt, já em vigor, constitui uma plataforma de divulgação, de repositório de documentação e de registo de ofertas mas, para que seja exequível, é necessário que os parceiros intervenham e mobilizem, não só as estruturas e recursos de que disponham, como também os atores locais e regionais, para que a rede que se pretende construir e reforçar, garanta uma oportunidade e uma resposta às necessidades dos jovens.

Saiba mais no Info 40 ■

Inauguração do Lar e Creche “Quinta dos Avós” – Associação Oliveirense de Socorros Mútuos

A Associação Oliveirense de Socorros Mútuos inaugurou, no passado dia 25 de janeiro, o Lar e Creche “Quinta dos Avós”, em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia.

A cerimónia de inauguração do espaço foi presidida por Agostinho Branquinho, Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social e contou com a presença de Eduardo Vítor Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de Dário Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, de Luís Alberto Silva, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Marcelino Tavares, Presidente da Assembleia Geral da Associação Oliveirense de Socorros Mútuos e Luís Amorim, Presidente da Direção da Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia. *Saiba mais no Info 40* ■

Vereda D. Ximenes Belo dá acesso a novo lar e creche “Quinta dos Avós”

Após a inauguração da “Quinta dos Avós”, seguiu-se a inauguração da Vereda D. Ximenes Belo, uma avenida que dá acesso ao lar e creche.

O homenageado, D. Ximenes Belo, Prémio Nobel da Paz e Bispo Emérito de Díli, em Timor, louvou todas as pessoas que intervieram na criação desta obra social, salientando que: “Apesar da crise, há homens e mulheres de boa vontade que pensam nos anciãos e valorizam o bem-estar e o sossego das pessoas”. *Saiba mais no Info 40*

UMP reúne com o Secretário de Estado da Saúde

Luís Alberto Silva reuniu, no passado dia 22 de janeiro, com o Secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira e com o presidente do INFARMED, Eurico Castro Alves, no sentido de dar continuidade às diligências, necessárias à resolução da transformação das Farmácias Sociais em sociedades comerciais, bem como sensibilizar para a criação de um grupo de trabalho. *Saiba mais no Info 40* ■



Dia Nacional do Mutualismo

Comemoração a 24 de outubro de 2014

Atribuição dos prémios
«Inovar para Melhorar» e «Mutualismo e Solidariedade»